

PROJETO EDUCAÇÃO INTEGRAL E REDES SOLIDÁRIAS DE ALIMENTAÇÃO

CADERNO DE DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO PARA EDUCADORAS APOIO PEDAGÓGICO I

"MULHERES E HOMENS, SOMOS OS ÚNICOS SERES QUE, SOCIAL E HISTORICAMENTE, NOS TORNAMOS CAPAZES DE APRENDER. POR ISSO, SOMOS OS ÚNICOS EM QUE APRENDER É UMA AVENTURA CRIADORA, ALGO, POR ISSO MESMO, MUITO MAIS RICO DO QUE MERAMENTE REPETIR A LIÇÃO DADA. APRENDER PARA NÓS É CONSTRUIR, RECONSTRUIR, CONSTATAR PARA MUDAR, O QUE NÃO SE FAZ SEM ABERTURA AO RISCO E À AVENTURA DO ESPÍRITO".

Paulo Freire



Arte e Cultura
2017

SUMÁRIO

Apresentação, 03

Considerações sobre o material pedagógico, 04

- **Eixo Temático: Trabalho, Cultura e Gênero, 08**
- **Eixo Temático: Segurança Alimentar – produção e consumo, 25**
- **Eixo Temático: Economia Solidária e Organização Coletiva, 43**

Anexos



Apresentação

Este material constitui-se no referencial metodológico para o desenvolvimento da 1ª Oficina com as agricultoras. Traz subsídios para o planejamento pedagógico visando contribuir na mediação entre os conhecimentos trazidos pelas educandas e os conhecimentos historicamente acumulados. Busca fomentar reflexões coletivas para que tanto as educandas como também as educadoras possam ter um olhar crítico sobre suas práticas sociais a partir da apropriação de novos conhecimentos.

A relação pedagógica deve permitir o diálogo entre as múltiplas dimensões das participantes: política, cultural, histórica e social, contrapondo-se à visão fragmentada do conhecimento que dificulta a compreensão da relação entre os fenômenos da vida cotidiana (família, trabalho, comunidade etc.) e a totalidade do processo histórico. Isto é, pretendemos que o processo educativo possibilite às trabalhadoras rurais desenvolver a capacidade de análise crítica das realidades em que estão inseridas.

É importante destacar que estamos atuando com trabalhadoras jovens e adultas que trazem diversos saberes e experiências (estudo, trabalho, participação na comunidade, no sindicato etc.), que demandam estratégias pedagógicas diferenciadas para incorporar estes conhecimentos acumulados nas trajetórias de vida ao nosso Percurso Formativo.

As formulações aqui apresentadas são resultados dos acúmulos teórico-metodológicos da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha – ETHCI balizadas no seu projeto político pedagógico de Educação Integral d@s Trabalhador@s. Ressaltamos que não se trata de um material acabado, mas um referencial para contribuir com um processo permanente e sistemático de construção de saberes que se insere no desafio de elaboração da classe trabalhadora de uma proposta de educação integral, omnilateral e emancipadora.

Por fim, enfatizamos a importância do papel da equipe de educadoras no processo ensino-aprendizagem. É a partir da abertura, da sensibilidade e do compromisso de cada uma que de fato construiremos uma nova educação.

BOM TRABALHO A TODAS!

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ESCOLA DE TURISMO E HOTELARIA CANTO DA ILHA



CONSIDERAÇÕES SOBRE O MATERIAL PEDAGÓGICO

Neste material buscamos dialogar com o **Caderno de Apoio Pedagógico – Oficina I Educandas**. As elaborações e propostas aqui apresentadas buscam focalizar os temas e referenciais teóricos do projeto político-pedagógico da Escola a fim de contribuir para a exploração dos materiais disponíveis. Além disso, contam com algumas sugestões e estratégias de ensino-aprendizagem.

O **Caderno de Apoio Pedagógico – Oficina I Educandas** constitui-se num aporte básico para as abordagens pedagógicas (debates e estudos) envolvendo diferentes linguagens (textos, vídeos, poesia etc.) relacionando aos três Eixos Temáticos do projeto: **1) Trabalho, Gênero e Cultura; 2) Segurança Alimentar: produção e consumo e; 3) Economia Solidária e Organização Coletiva** que compõem o Percorso Formativo da Oficina I. Dessa forma, a utilização dos textos deverá ser definida mediante o planejamento de cada momento pedagógico com estratégias pedagógicas para que todas possam se apropriar dos temas e conteúdos e participar efetivamente das discussões.

A SÍNTESE dos trabalhos é fundamental para a tomada de consciência da construção coletiva de novos conhecimentos em cada momento. Possibilita um registro qualitativo para a **sistematização**, pois expressa a realidade de cada grupo no tocante aos temas, conceitos e categorias tratados e apropriados. A síntese também se converte num instrumento de **avaliação** na medida em que possibilita analisar o alcance da proposta pedagógica e apropriação individual e coletiva de novos conhecimentos durante o processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, este material se constitui numa referência básica para cada educadora e visa possibilitar uma visualização mais global da proposta de Educação Integral. Trata-se de um material que oferece aportes mínimos para o trabalho conceitual e das categorias-chaves do projeto político pedagógico.

Alertamos, ainda, que este material não pode ser entendido como um "receituário" acabado e com uma sequência linear. Cada educadora deve tomá-lo como subsídio para criar diferentes maneiras de seu desenvolvimento, sempre mediado pelo saber acumulado das educandas e da realidade de cada grupo em relação aos sentidos das temáticas e aos graus de letramento, que envolvem diferentes trajetórias formativas, faixas etárias e experiências de vida. Ao propor atividades ressaltamos algumas orientações básicas como, por exemplo, a identificação do grau de letramento inicial e dos temas de maior interesse do grupo. Isto é, ao lidarmos com essa diversidade certamente nos depararemos com uma série de dificuldades na leitura de textos mais densos, o que não significa que iremos eliminá-los. É preciso construir estratégias pedagógicas que possibilitem a apropriação progressiva de novos conhecimentos, desafiando cada educanda a indagar sobre os temas e estimulando-as a prosseguir os estudos. Portanto, não podemos infantilizar as abordagens, tampouco negar o acesso a diversas fontes de informações e a diferentes modalidades textuais, imprescindíveis para a superação do senso comum e ampliação de categorias para uma leitura crítica do mundo.



A partir dessas preocupações sugerimos que sejam incluídos materiais complementares e dinâmicas que melhor dialoguem com o grupo a fim de mediar com os diferentes graus de dificuldade na leitura e interpretações de textos mais complexos. Porém, é necessário escolher tais materiais buscando coerência com os referenciais teóricos que balizam a Educação Integral e que possam potencializar os processos de ensino-aprendizagem para uma abordagem integrada dos conhecimentos, de acordo com o ritmo e a relevância dos temas/conteúdos para o grupo.

Embora tenhamos organizado três Eixos Temáticos para fins de organização curricular das oficinas, ressaltamos que na proposta da Educação Integral tais eixos sempre deverão estar integrados/relacionados, isto é, não sendo trabalhados de forma estanque já que vários conteúdos se articulam, por exemplo: ao discutirmos o Eixo temático *Trabalho, Gênero e Cultura* vários elementos sobre a produção dos alimentos (foco do Eixo *Segurança Alimentar: produção e consumo*) e da organização coletiva (foco do Eixo *Economia Solidária e Organização Coletiva*) estarão entrelaçados, porém devemos assegurar também momentos de aprofundamento específicos. Portanto, o Caderno de Apoio Pedagógico das Educandas pode ser trabalhado de diferentes formas.

Nossa expectativa é esse material seja tomado como ponto de partida para inspirar a criação de possibilidades de abordagens pedagógicas sem se restringir a uma uniformização das práticas educativas. Conforme aponta nosso projeto político pedagógico, tanto educandas como educadoras trazem os conhecimentos acumulados adquiridos em suas trajetórias de vida (trabalho, educação, participação coletiva) e tais conhecimentos devem retroalimentar nosso projeto de educação emancipadora da classe trabalhadora.



PROJETO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL D@S TRABALHADOR@S E AS REDES SOLIDÁRIAS DE ALIMENTAÇÃO NA REGIÃO DO CANTUQUIRIGUAÇU E PARANÁ CENTRO.

A Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha, integrante da Rede de Formação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, a partir dos acúmulos teórico-metodológicos advindos das experiências educativas desenvolvidas e com o intuito de contribuir com as políticas públicas de inclusão social, firmou convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para desenvolver o **Projeto de Educação Integral d@s Trabalhador@s e as Redes Solidárias de Alimentação** na região do Cantuquiriguaçu e Paraná Centro.

O presente projeto tem como objetivo fortalecer a organização produtiva de mulheres da região na perspectiva da Economia Feminista Solidária, articulando as dimensões socioeconômicas, políticas e culturais de gênero, visando à emancipação e melhoria da qualidade de vida das mulheres participantes. O projeto abrangerá 15 municípios da Região do Cantuquiriguaçu e Centro Paraná: Marquinho, Porto Barreiro, Goioxim, Laranjeiras do Sul, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Palmital, Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Campina do Simão, Turvo, Candói, Prudentópolis.

Dessa forma, as ações formativas do projeto pretendem integrar experiências e aprofundar saberes para fortalecer a construção coletiva de uma Rede Solidária de Alimentação na região, em sintonia com as preocupações relativas à promoção da Igualdade de Gênero, à Economia Feminista e Solidária, Sistemas de Produção Sustentáveis, Segurança Alimentar e Nutricional e à Participação e Controle Social das políticas públicas.

No programa formativo, a partir dos pressupostos da Educação Integral busca-se promover novas reflexões sobre a condição das mulheres rurais recolocando a importância do trabalho feminino, no sentido de propiciar maior autonomia e emancipação pautada em valores democráticos de equidade de gênero e de solidariedade para a construção de uma proposta de gestão diferenciada nos processos de trabalho na produção de alimentos.

O Caderno de Apoio Pedagógico I que ora apresentamos foi organizado como um referencial para os estudos, debates e reflexões na apreensão de novos conhecimentos em torno dos seguintes Eixos Temáticos: **1) Trabalho, Gênero e Cultura; 2) Segurança Alimentar: produção e consumo e 3) Economia Solidária e Organização Coletiva.** Os Percursos Formativos buscarão um trabalho integrado entre os saberes e experiências trazidos por cada participante e os conteúdos/temas propostos, de forma contextualizada.

Bom estudo!

Rosana Miyashiro e Aline Maria Salami - Coordenação Pedagógica



1ª. OFICINA

OBJETIVOS:

- Promover o debate sobre as relações sociais de gênero, divisão sexual do trabalho, trabalho não remunerado das mulheres, economia solidária e políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional e as alternativas de geração de trabalho e renda;
- Mapear as realidades das participantes e seus saberes acumulados para a construção de propostas de intervenção na realidade.

TEMAS/CONTEÚDOS

- Trajetórias de vida: trabalho, gênero e cultura;
- Divisão sexual do trabalho (políticas públicas para as mulheres, tipos de trabalho e remuneração; ocupações e relações de gênero);
- Princípios da Economia Solidária e Protagonismo das mulheres;
- Segurança Alimentar e Nutricional: histórico e importância nas políticas públicas;
- Inserção da agricultura familiar nas políticas públicas de alimentação (PNAE Lei nº 11947/2009)





Trabalho, Gênero e Cultura



TRABALHO, GÊNERO E CULTURA

No eixo temático *TRABALHO, GÊNERO E CULTURA* iremos abordar as questões de gênero em nossa sociedade buscando apreender como, ao longo da história, foram se construindo as relações de poder que envolvem os ideários dos papéis masculinos e femininos.

A categoria Trabalho é base de nossa abordagem integral dos conhecimentos assentada na realidade concreta. Destacamos duas dimensões importantes do Trabalho: a ontológica e a histórica. A dimensão ontológica diz respeito ao trabalho como processo de mediação entre o ser humano genérico e a natureza para a produção da existência, processo esse que o diferencia dos outros animais (Marx). Trata-se de uma ação intencional que conforma a base objetiva na qual, mulheres e homens, produzem e reproduzem suas vidas. É a partir desse pressuposto que compreendemos a cultura. Isto é, como a práxis que envolve as múltiplas formas de sociabilidade dos seres sociais (normas, valores, processos de comunicação/linguagens/representações, cooperação, divisão do trabalho, etc.)

A dimensão histórica do trabalho refere-se à transformação da força de trabalho em mercadoria, relação essa que conforma as diversas formas de exploração do trabalho. Daí os tensionamentos específicos no modo de produção capitalista cuja riqueza social produzida é apropriada pela classe detentora dos meios de produção. O trabalho então é voltado à acumulação e ao lucro do capitalista e não às necessidades de produção de existência da sociedade. A partir da tensão dessa dupla dimensão do trabalho é que abordamos os aspectos culturais, políticos e econômicos produzidos em nossa sociedade para promover, numa perspectiva crítica, a problematização das relações sociais de gênero construídas historicamente, a exemplo da divisão social e sexual do trabalho, que se diferencia em cada forma de organização social ao longo do tempo.

Assim, ao tomar o Trabalho como princípio educativo, a proposta formativa pressupõe a investigação da realidade, a sistematização e a socialização de saberes de cada participante como fonte de análise de seus aspectos contraditórios para uma nova reflexão coletiva sobre a possibilidade humana (liberdade) de transformação do real em contraposição à ideia fatalista e naturalizadora das relações sociais de opressão e exploração.

Portanto, a formação deve ser um instrumento de conscientização para as mudanças de comportamentos que reproduzam visões e práticas de exclusão e discriminação nas relações sociais. Por meio da solidariedade de classe, da integração social, da luta pela igualdade e equidade de direitos e pelo respeito a todos sem distinções é que a classe trabalhadora pode efetivamente ser portadora de uma nova ética.

Materiais a serem abordados:

- *A Trajetória de Vida de Maria Aparecida: Uma História Brasileira*, de Rosana Miyashiro
- **Música:** *Maria, Maria*, de Milton Nascimento

Subsídios para estudos:

- *A Construção Social da Desigualdade de Gênero e a Divisão Sexual do Trabalho*
- *Editorial do Jornal Nós Mulheres*, nº 1, 1976
- Trechos do livro *O Marxismo na Batalha das Ideias: Zuleika, o Marxismo e o Feminismo*, de Leandro Konder. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2009.

Poesia: *Assim eu vejo a Vida*, de Cora Coralina.



DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO I: INTEGRAÇÃO DO GRUPO

Para iniciar os trabalhos é de vital importância trabalhar as trajetórias de vida e diagnosticar os conhecimentos trazidos pelas participantes.

É fundamental propiciar momentos de aproximação e conhecimento mútuo entre as componentes da turma no início da oficina, permitindo a interação e exercício da expressão oral (fala pública), quebrando a timidez das agricultoras a partir da construção de laços de confiança e solidariedade no grupo.

Dessa forma, sugerimos a abordagem a seguir: *Quem Somos Nós*.

É desejável que cada educadora também elabore outras propostas de desenvolvimento que mais se identifique com seu perfil de trabalho ou que cada uma considere mais interessante, buscando potencializar a proposta metodológica aos objetivos do curso para promover a sociabilidade da turma. Esse momento certamente fornecerá ricos elementos para compor o perfil da turma e para conhecer a sua realidade. Sendo assim, é importante que haja o registro que servirá de subsídio para enriquecer a sistematização do processo educativo.

Ressaltamos que várias abordagens no decorrer do curso propiciarão incorporar as experiências e conhecimentos trazidos pela turma.

Antes de iniciar a oficina, já teremos alguns dados sobre o perfil socioeconômico do grupo a partir da ficha de inscrição (ver anexo). Esses dados são imprescindíveis para a preparação das abordagens pedagógicas na oficina. Provavelmente teremos mulheres com níveis de escolaridade diferenciados, inclusive, podemos ter pessoas que não são alfabetizadas. Portanto, é preciso ter essa informação para o planejamento da atividade para que todas possam efetivamente participar das ações educativas.

Tendo em vista essas possíveis situações, sugerimos que o início dos trabalhos seja criado um ambiente pedagógico que favoreça a fala e troca de ideias. Sendo assim, o texto 1 pode ser lido pela educadora nos moldes de uma contação de história. Em seguida pode-se projetar o vídeo: **Vida Maria** que trata de maneira muito sensível a trajetória de vida de muitas mulheres do campo. Muitas reflexões podem ser extraídas, dentre elas a reprodução social das condições de negação de direitos às mulheres, como por exemplo, o direito à educação. Após o acesso aos conteúdos da crônica e do vídeo pode-se encaminhar para pequenos grupos para iniciar a socialização da turma e elaboração coletiva das apresentações das participantes.

QUEM SOMOS NÓS?

Texto 01:

A TRAJETÓRIA DE VIDA DE MARIA APARECIDA: UMA HISTÓRIA BRASILEIRA

Maria Aparecida tinha 17 anos quando se casou com João. Foi criada na roça no interior do Paraná e havia saído da pequena cidade (que tinha pouco mais de cinco mil habitantes) poucas vezes. Sua aventura mais marcante foi quando conheceu a capital em 1970 e ficou



assustada com a correria daquela multidão no meio daquele trânsito que a deixou atordoada. Muitos carros, muita gente, muito barulho e pouca conversa. Pensou ela naquela ocasião: - Não troco a minha terra por nada.

Sua família era simples e vivia daquilo que plantavam e colhiam. Tinha mais cinco irmãos. Ao todo eram três meninas e três meninos, pais e avós naquela pequena propriedade. Ela era a filha mais velha e cuidou de todos os irmãos, pois seus pais tinham a lida no campo que tomava praticamente todo o dia. Dormiam cedo e acordavam muito cedo também. Essa era a rotina da família.

Desde pequena, ouvia os conselhos de sua mãe:

- Maria, tem que saber cozinhar, costurar, cuidar da casa e aprender o trabalho na roça, pois mulher que não é prendada não arruma bom casamento com homem trabalhador e honesto.

E assim foi sua infância e adolescência, com muita responsabilidade que a fez amadurecer logo e ter preocupação de adulto desde muito cedo. Após fazer suas tarefas e com um dinheirinho que sobrava, sua mãe cada vez que ia prá cidade trazia aviamentos, tecido e outras miudezas para que ela fosse fazendo manualmente o seu enxoval para o dia da precisão, isto é, quando tivesse sua própria casa após se casar.

Conseguiu ir a escola somente para se alfabetizar e depois largou os estudos, pois não havia tempo para esse “luxo”. A vida social que tinha resumia-se à missa aos domingos e foi assim que conheceu João, que tinha 25 anos naquela época. Ele também era agricultor e depois de muitas trocas de olhares durante várias idas à igreja, na ocasião de uma quermesse de festa junina, João tomou coragem e trocaram as primeiras palavras. Logo descobriram conhecidos em comum de suas famílias, o que os aproximou até finalmente João pedir a mão de Maria Aparecida a seus pais.

Seu casamento foi tranquilo, cuidava dos filhos e do marido e fazia o trabalho que sempre coube às mulheres (ordenhava as vacas, cortava lenha, cuidava da horta, plantava “miudezas”, cozinava, limpava a casa, costurava) e João trazia o sustento da casa. À noite o casal estava exausto. João ia dormir após o jantar e Maria ia limpar a cozinha e organizava todas as coisas para o dia seguinte, ou seja, ficava mais umas 3 ou 4 horas acordada e se acostumou a dormir de 4 a 5 horas por dia.

João era bastante calado, não conversava muito com os filhos e com o passar dos anos ele e Maria também conversavam apenas o mínimo sobre as tarefas que tinham que fazer. Apesar disso, João foi um bom pai e marido, acreditava tanto Maria Aparecida quanto toda a sua família, pois não teve outras mulheres, não bebia e não batia nela. Por azar do destino, João morreu cedo, aos 54 anos, e Maria Aparecida passou a receber uma mísera pensão e teve que fazer algumas atividades para complementar a renda para sobreviver. Vendia pães caseiros e geleias que ela sabia fazer desde a infância. Seus dois filhos homens desde muito cedo cuidavam, junto com o pai, da propriedade e agora apenas um permaneceu garantindo a produção familiar naquelas terras.

Ao completar 58 anos, Maria Aparecida encontrava-se bem envelhecida e cansada depois de tantos anos de labuta. Criou seus cinco filhos dando o melhor de si para não faltar comida e fazê-los estudar, pois na sua época não teve essa oportunidade. Com a modernidade, principalmente depois que chegou a luz elétrica, foi assistindo as mudanças de uma geração para outra. Por exemplo, seus filhos tiveram acesso a mais informações que ela e quando crianças, ao frequentarem a escola, passaram a ensinar coisas novas pra ela. Em silêncio, Maria ficava pensativa refletindo:



- Acho que não estou sendo uma boa mãe, pois eu é que tenho que ensinar e aconselhar meus filhos e não o contrário.

Suas três filhas mulheres sempre estiveram mais próximas dela, até porque ficavam mais tempo em casa e a ajudavam a preparar os alimentos para vender. E havia uma novidade na casa que trazia novos assuntos para as conversas em família, era a tal da televisão. Depois que as filhas se casaram, aquele aparelho virou seu único companheiro quebrando o silêncio de suas noites.

Com tantas coisas que ouvia daquela tela em movimento, Maria começou a imaginar como poderia ser sua vida se fosse jovem nos dias de hoje. Seus filhos tiveram outra vida, pensava, diferente da dela (ficava em dúvida se foi melhor ou pior) e agora tinham ido embora para a cidade buscar melhores oportunidades de trabalho e de vida, pois conseguiram estudar! Terminaram o Ensino Médio na escola pública da pequena cidade.

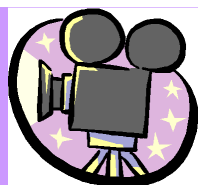
Numa dessas noites, assistindo a novela, Maria adormeceu no sofá e teve um sonho estranho. Voltava a ter 17 anos, mas com seus pensamentos atuais e, não se sabe se por influência dos programas de TV, ela se imaginava muito diferente do que foi aos 17 anos. Estava preocupada em terminar os estudos, viajar e pensava em arranjar um bom namorado. Mas queria um companheiro um pouco diferente de João, pois como gostava de uma boa prosa e talvez por se sentir cada vez mais só depois do falecimento do marido conheceu no sonho um João diferente e também se casaram. Ele fazia planos com ela e conversavam sobre seus desejos... Queriam mais tempo livre para passear ou mesmo fazer um jantar diferente, assuntos aparentemente corriqueiros, mas que não fizeram parte do cotidiano do casal ao longo de sua vida.

Os assuntos que conversavam animadamente em seu sonho eram bem diferentes das breves conversas pontuais e habituais que tinha com João. Naquele sonho Maria sentia-se bem, valorizada, vaidosa e cheia de vida. Com toda essa animação sentia vontade de conhecer coisas novas e assim, foi estudar com o apoio do marido. Como no sonho tudo é possível, Maria transformou-se numa profissional respeitada na área da gastronomia. Viajou para lugares distantes em busca de novos conhecimentos e João também se animou vendo a energia de sua esposa e foi à luta e tornou-se um grande marceneiro, pois desde pequeno adorava transformar a madeira em “valiosos” objetos de arte, como a confecção de seus próprios brinquedos, de móveis para sua casa etc. Aquele João do sonho vivia imaginando as belezas que suas habilidosas mãos poderiam fazer. E como ficava envaidecido quando surpreendia Maria com as suas maravilhas produzidas! Em êxtase o casal...

Puff!!! Um barulho no quintal desperta Maria, que se assusta ao voltar a um mundo tão diferente do sonho que acabara de ter. Cansada de ficar entediada sonhando com vidas românticas que a TV exibia como se fosse fácil e dependesse de um mero esforço individual começou a perceber que tinha algo de errado entre as coisas que ouvia na TV e a vida real da classe trabalhadora, que ela conhecia muito bem.

Resolveu então fazer uma mudança radical. Matriculou-se num curso de EJA que tinham aberto lá na cidade – já que estudar era um sonho antigo e este ela podia realizar. Durante os estudos fez novos amigos. Suas preocupações hoje são muito diferentes. Tem conversado com muita gente sobre as possibilidades de organização na comunidade para conquistar algumas melhorias para todos. Tem muitos assuntos e conselhos que adora dar aos mais jovens, principalmente às meninas. E hoje incrivelmente, a cada dia que passa, Maria torna-se cada vez mais jovem e cheia de energia.





Assistir ao vídeo: “Vida Maria”

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO II: SENSIBILIZAÇÃO/ TRAJETÓRIAS DE VIDA

A *atividade 1* constante no Material das Educandas (que segue abaixo) pode ser um rico momento de reflexão coletiva sobre a condição de vida das participantes e de identidade enquanto classe trabalhadora. Portanto, é fundamental o papel da educadora para a sensibilização, criação de estratégias para a fala pública das mulheres e integração do grupo. É preciso atentar para as dificuldades de escrita do grupo para fazer ajustes na condução do trabalho, que pode ser apenas oral, mas com registros da educadora.

ATIVIDADE 1

Baseada no vídeo e na história de Maria Aparecida e para integração da turma, cada participante poderia organizar a sua ficha de apresentação para as companheiras:

QUEM SOU EU	
Nome:	
Idade:	
Escolaridade:	
Nasceu onde:	
Vive onde:	
Estado Civil:	
Nº de filhos:	
Idade dos	



<i>filhos:</i>	
<i>O que gosta de fazer:</i>	

Na atividade 2 proposta é preciso, a partir da identificação inicial sobre os graus de letramento, criar estratégias na formação dos grupos, de modo que haja maior troca de conhecimentos e registro dos debates. Para isso, é importante que sejam feitas algumas orientações, como por exemplo: orientar que o grupo escolha uma coordenadora dos trabalhos e uma relatoria para que a atividade se constitua num processo mais sistemático de estudos, com a organização dos trabalhos, garantia da fala de todas e o registro dos debates.

ATIVIDADE 2



★ **Em grupos de 4 ou 5 pessoas, fazer uma reflexão a partir das questões orientadoras abaixo:**

1. O filme “Vida Maria” e a história de Maria Aparecida tem algo em comum com a trajetória de vida do grupo? No quê?
2. Quais atividades que cada uma faz no cotidiano?

★ Socialização dos trabalhos dos grupos em plenário: sistematizar os resultados do debate em cartazes.

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO III: INTRODUÇÃO À TEMÁTICA DE GÊNERO

Para iniciar a discussão de gênero, a dinâmica do baú é interessante para propiciar, de forma mais lúdica, momentos em que apareça as visões que o grupo tem a respeito do tema. Certamente as visões hegemônicas sobre os papéis das mulheres e homens aparecerão de forma mais espontânea.

Em uma caixa de papelão pode-se adorná-la para que represente um baú e nele podemos colocar desenhos em cartolina de vários objetos de trabalho como, por exemplo: vassoura, caneta, livro, enxada, trator, fogão, balde, etc.

A ideia é que cada grupo ou participante individual retire do baú um objeto e conte uma história sobre o uso do objeto. Nas histórias é importante incentivar que apareçam os protagonistas que utilizam os objetos. É fundamental registrar em tarjetas ou em cartaz o destino dado a cada objeto



pelos grupos ou participantes. Essa dinâmica pode proporcionar o aquecimento para início das discussões em torno da questão de gênero: as primeiras impressões do grupo para posterior trabalho.

Como o tema é denso e complexo e marcado pela opressão sobre as mulheres, é importante que cada educadora tenha a percepção das tensões ou não presentes no grupo. Pode-se fechar esse momento fazendo uma dinâmica com a música Maria Maria, de Milton Nascimento para tornar mais instigante o debate e com certa “leveza”.

Após esse aquecimento, pode-se propor um trabalho bem prático, no qual cada participante poderá preencher o quadro abaixo identificando as tarefas/atividades desenvolvidas cotidianamente na propriedade pelos membros da família.

Alertamos cada educadora a verificar as dificuldades de escrita das participantes a fim de possibilitar que todas participem. Esse trabalho pode ser feito em duplas, buscando assegurar que a atividade seja cumprida sem expor as pessoas que tenham mais dificuldades de escrever.

Essa atividade tem como objetivo promover o debate sobre a organização do trabalho na família. É importante fazer uma síntese dos resultados desse trabalho que será rico ao relacionar com as atividades do cotidiano das participantes. Provavelmente, haverá vários elementos extraídos da realidade das participantes que poderá potencializar as atividades no Eixo: *Segurança Alimentar: produção e consumo* já que estamos iniciando a identificação do trabalho na propriedade rural em que as mulheres estão inseridas e esses dados são fundamentais na apropriação de novos conhecimentos sobre o modelo de produção e as alternativas.

RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

ATIVIDADE 3

★ Dinâmica do baú de gênero:



Música: Maria, Maria


Milton Nascimento

Maria, Maria
 É um dom, uma certa magia
 Uma força que nos alerta
 Uma mulher que merece
 Viver e amar
 Como outra qualquer
 Do planeta
 Maria, Maria
 É o som, é a cor, é o suor
 É a dose mais forte e lenta
 De uma gente que ri
 Quando deve chorar
 E não vive, apenas aguenta
 Mas é preciso ter força
 É preciso ter raça
 É preciso ter gana sempre

Quem traz no corpo a marca
 Maria, Maria
 Mistura a dor e a alegria
 Mas é preciso ter manha
 É preciso ter graça
 É preciso ter sonho sempre
 Quem traz na pele essa marca
 Possui a estranha mania
 De ter fé na vida...
 Mas é preciso ter força
 É preciso ter raça
 É preciso ter gana sempre
 Quem traz no corpo a marca
 Maria, Maria
 Mistura a dor e a alegria...

	Horas	Tarefas	Quem executa
 M A N H Ã	04h		
	05h		
	06h		
	07h		
	08h		
	09h		
	10h		
	11h		
 T A	12h		
	13h		
	14h		
	15h		



R D E	16h		
	17h		
	18h		
 N O I T E	19h		
	20h		
	21h		
	22h		
	23h		
	24h		
	1h		
	2h		
	3h		

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO III: ESTUDOS SOBRE A TEMÁTICA DE GÊNERO

A partir dos elementos levantados nas trajetórias de vida e das percepções das participantes sobre a questão de gênero, é importante propiciar momentos de estudo para a ampliação de conhecimentos sobre a temática numa perspectiva histórica da classe trabalhadora.

É importante sempre partir dos saberes acumulados pelos grupos. Sendo assim o levantamento dos ditos populares é uma possibilidade de trazer para o debate as visões que temos, por vezes, naturalizadas sobre os papéis femininos e masculinos na sociedade, principalmente, estimulando a reflexão sobre a condição das mulheres agricultoras.

Para que se efetive um trabalho de construção coletiva é fundamental que os ditos populares escritos pelas educandas nos cadernos sejam visualizadas pelo grupo. Para isso pode-se transcrever em tarjetas e afixar na parede para uma análise mais coletiva, buscando identificar pontos comuns e divergentes.

LEVANTANDO OS DITOS POPULARES

Escreva abaixo frases, piadas, ditos populares que falam sobre mulheres e que você conhece:





ATIVIDADE 4:

Estudos com textos de apoio para as reflexões sobre a questão de gênero

Proposta de trabalho em grupos:

- Leitura e debate em grupos para subsidiar as reflexões sobre as questões acima (Cada grupo se dedica ao estudo de um texto);
- Após os estudos, socializar os conteúdos com as companheiras dos demais grupos.

Questões orientadoras para leitura e debate nos grupos:

1) Qual a importância nos dias atuais de discutirmos as questões de gênero?

2) Se o grupo considera que existe de fato diferenças entre homens e mulheres, quais são e por que isso ocorre?

3) Os ditos populares e a ideia que temos sobre as mulheres vieram de onde?

4) Há preconceitos e discriminação contra as mulheres nos dias atuais? Se sim, cite exemplos:



Subsídios para o trabalho em grupos

Texto 1:

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DESIGUALDADE DE GÊNERO



(...) A partir da consolidação do capitalismo, existe uma ideia de que ocorre uma divisão entre as esferas pública e privada, sendo que a esfera privada é considerada como o lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade, do cuidado. A esfera pública é considerada como o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade, do direito.

Nessa compreensão, o papel feminino tradicional estabelece a maternidade como principal atribuição das mulheres e, com isso, também o cuidado da casa e dos filhos, a tarefa de guardiã do afeto e da moral da família. A mulher é uma pessoa que deve sentir-se realizada em casa. O homem típico é considerado o provedor, isto é, o que trabalha fora, traz o sustento da família, realiza-se fora de casa, no espaço público. Para uma mulher, ainda é considerado mais adequado ser meiga, atenciosa, maternal, frágil, dengosa, e do homem, o que ainda se espera, é que tenha força, iniciativa, objetividade, racionalidade.

Esse modelo de vida, em que os homens trabalham fora e as mulheres só fazem o trabalho doméstico, nunca existiu, de verdade, desse jeito. Na realidade, só uma parcela muito pequena de mulheres vive nessa situação.

As mulheres negras, por exemplo, sempre trabalharam fora de casa, primeiro como escravas e depois na prestação de serviços domésticos ou como vendedoras ambulantes, circulando por muitos espaços públicos. Para as mulheres camponesas, o que

é chamado de cuidar da casa esconde o trabalho na roça, a produção de artesanato, o cultivo da horta e a criação de animais, trabalho que produz mercadorias, cuja venda contribui para o sustento da família. Além disso, nas cidades, muitas mulheres vivem sozinhas com seus filhos e são as principais responsáveis por sua manutenção. E muitas, muitas outras trabalham fora e dividem com o marido o sustento da casa.

E por que ainda é tão forte a ideia de que a mulher deve seguir o modelo de mãe e dona de casa? E por que ainda é tão forte a ideia de que o trabalho fora de casa cabe apenas ao homem? A persistência nessas ideias tradicionais e nunca realizadas plenamente costuma ser justificada pela ideia de que esses papéis são naturais, isto é, homens e mulheres já nascem para ser desse jeito. Dizemos que a naturalização é o principal mecanismo de justificativa dessa situação.

A naturalização dos papéis e das relações de gênero faz parte de uma ideologia que tenta fazer crer que esta realidade é fruto da biologia, de uma essência masculina e feminina, como se homens e mulheres já nascessem assim. Ora, o que é ser mulher e ser homem não é fruto da natureza, mas da forma como as pessoas vão aprendendo a ser, em uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico. Por isso, desnaturalizar e explicar os mecanismos que confrontam esses papéis é fundamental para compreender as relações entre homens e mulheres, e também seu papel na construção do conjunto das relações sociais.

Se os papéis femininos e masculinos são uma construção histórica, as relações entre homens e mulheres que daí decorrem também variam ao longo da história. A nossa geração sabe que essas relações sofreram profundas mudanças nos últimos trinta anos, em grande parte como fruto da ação organizada das mulheres e do feminismo.



Texto 2:

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO



As relações de gênero são sustentadas e estruturadas por uma rígida divisão sexual do trabalho. O papel masculino idealizado é de responsabilidade e subsistência econômica da família e a isso corresponde designar o trabalho do homem na produção. A atribuição do trabalho doméstico designa as mulheres para o trabalho na reprodução: ter filhos, criá-los, cuidar da sobrevivência de todos no cotidiano.

O que se observa é que essa divisão entre trabalho reprodutivo e produtivo não é tão real assim. Há homens trabalhando no campo da reprodução e há mulheres na produção.

No entanto, o mito que designa um tipo de trabalho para cada gênero influencia o real. Pode-se dizer que a divisão sexual do trabalho perpassa o conjunto das atividades realizadas por homens e mulheres. É comum ouvir dizer que tal serviço é trabalho “de homem” ou que tal tarefa é tarefa “de mulher”.

No caso das mulheres, a tentativa é sempre de considerar o trabalho realizado fora da casa como uma extensão do seu papel de mãe. As mulheres se concentram em atividades consideradas tipicamente femininas como serviço doméstico, professoras, enfermeiras, assistentes sociais. Em 1990, 30% das mulheres que se declaram como trabalhadoras na pesquisa do IBGE eram empregadas domésticas, costureiras e professoras primárias.

A maioria das professoras dá aulas para o primário, já são menos as que trabalham no nível secundário e muito poucas na universidade. Quando estão na universidade, elas se concentram em determinadas áreas, como educação e pedagogia, e tem pelo menos acesso a promoção, a títulos etc. Este exemplo mostra que, mesmo dentro de uma determinada categoria, formas de divisão sexual são recriadas. Outro exemplo: as mulheres são minoria entre os escritores literários, mas a maioria das mulheres escritoras são autoras de literatura infantil.

Na indústria, as mulheres são embaladoras, montadoras e costureiras, funções que exigem habilidade manual, coordenação motora fina, paciência. As habilidades para exercer essas profissões foram sendo desenvolvidas no processo de educação das meninas: brincando de casinha, cuidando dos irmãos, bordando, ajudando a mãe no trabalho doméstico. As pessoas “esquecem” que as meninas precisam treinar para aprender tudo isso e agem como se toda mulher já nascesse com essas “aptidões”, como se fosse uma dádiva da natureza. Se for dádiva da natureza, não precisa ser reconhecida, nem devidamente remunerada. Porém, se os homens fossem treinados para realizar essas tarefas, seria necessário um grande investimento.

O trabalho das mulheres rurais também é menos valorizado que o dos homens. A pesquisadora Maria Inês Paulilo, comparando as etapas do trabalho agrícola na cana-de-açúcar, em diferentes regiões do Nordeste, pode perceber uma diferença significativa. Carpir, no sertão nordestino, era uma tarefa dos homens e era considerado um trabalho pesado. Carpir, no Brejo paraibano, era tarefa das mulheres e era considerado trabalho leve. Como se vê, no cultivo da cana o que caracteriza um trabalho como leve ou pesado não era a força física necessária para executá-lo, mas o valor social de quem o fazia. Sempre que o trabalho é considerado de mulher, ele é leve, é coisinha à toa, é ajuda.

Fonte textos 1 e 2: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam. **O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de Gênero.** Texto número 3 In: Equidade de Remuneração entre Homens e Mulheres: Sugestões Brasileiras de Metodologias Formativas. Gráfica Inform. São Paulo, dezembro 2009. Extraído da apostila produzida pela Escola Sindical São Paulo CUT para o curso de Formação de Formador@s em Trabalho, Gênero e Raça. Módulo 1.

Texto 3:

“(…) Achamos que Nós Mulheres devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização.



Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres. É possível que nos perguntem: 'Mas se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos?'. Nós responderemos: O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é um trabalho necessário, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. Queremos, portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta é por torná-las sociais. Mas não é só. Nós mulheres queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isto não separamos a luta da mulher da de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação."

Fonte: *Editorial do Jornal Nós Mulheres, nº 1, 1976 – excertos livro Teles, Maria A. A. Breve História do feminismo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1999. Coleção Tudo é História, nº 145.*

Texto 4:

(...) De fato, os preconceitos contra as mulheres vêm de longe; e circulam nos mais diversos níveis da ideologia dominante. Estão confortavelmente instalados nos provérbios populares, na moral tradicional, em antigos costumes, na letra dos sambas; mas também passeiam com desenvoltura pelas obras dos filósofos e dos grandes escritores.

Os santos teólogos do cristianismo hostilizaram as mulheres com frequência. Tertuliano caracterizava as mulheres como "a porta do Demônio". Santo Tomás de Aquino dizia que ela era "um ser ocasional". Lamennais chamava-a de "estátua viva da burrice". Qualquer manifestação do direito feminino ao prazer era estigmatizada como "concupiscência".

Entre os críticos do cristianismo, entretanto, a má vontade em relação às mulheres não é menor. Nietzsche, pela voz do seu profeta Zarathustra, comparava-as a "pássaros, gatas, ou – no melhor dos casos – vacas". Voltaire invocava um argumento pseudocientífico para sancionar a 'inferioridade' das mulheres. "O sangue delas é mais aquoso". E o grande Diderot escreveu que, embora exteriormente pareçam civilizadas, elas "continuam a ser, interiormente, verdadeiros selvagens".

É comum entre os espíritos conservadores o elogio da mulher feito com o sentido evidente de torná-la submissa e fazê-la aceitar passivamente seus grilhões. Augusto Comte se empenha em preservá-la do trabalho externo, mantendo-a enclausurada no 'santuário do lar'. Outros chegam a reconhecer-lhe uma genuína superioridade em relação ao homem, no plano espiritual, ressaltando: desde que ela seja femininamente dócil...

Uma expressão proverbial faz da mulher 'o repouso do guerreiro'. O papel dela, na opinião do grande Montaigne, é "sofrer, obedecer, consentir". Na linguagem cotidiana, fazer amor com uma mulher é 'possuí-la' (torná-la propriedade do homem). Napoleão Bonaparte, com sua rude franqueza, explicava: "A mulher é nossa propriedade e nós não somos propriedade dela. Ela nos dá filhos, nós não damos filhos a ela. Ela é, pois, propriedade, tal como a árvore frutífera é propriedade do jardineiro".

Somos diariamente bombardeados por ideias destinadas a impedir que a gente reconheça a estrutura do sistema sancionador da opressão de que as mulheres são vítimas há milênios. Mesmo artistas geniais e pensadores da mais elevada estatura tem sido envolvidos pelas ideologias mistificadoras. Freud, por exemplo, insistiu na tese de que o 'destino' da mulher é, inevitavelmente, 'passivo'.

Em alguns casos, eles têm dado apoio explícito às concepções pedagógicas mais comprometidas com a opressão da mulher. Balzac advertiu: "As mulheres devem aprender muita coisa, mas só aquelas que convém que elas saibam". Byron, o poeta, foi ainda mais intolerante na



discriminação: sustentou que as mulheres só devem ler livros religiosos, edificantes, ou então livros de cozinha. E Jean-Jacques Rousseau pontificou: “Toda a educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Em todos os tempos, os deveres das mulheres, aqueles que lhes devem ser ensinados desde a infância, consiste em agradar aos homens, em ser-lhes úteis, em fazerem-se amar por eles, educá-los quando são pequenos, cuidar deles quando crescem, dar-lhes conselhos, consolá-los e torna-lhes a vida agradável e doce”.

Os exemplos poderiam se multiplicar infinitamente, o dossiê dos preconceitos contra as mulheres é inesgotável. A mentalidade retrógrada tem resistido à destruição pela crítica científica de todos os mitos em que se apoia. De onde vem esse poder de resistência? Só podem vir, ao meu ver, do fato de que os equívocos estejam a serviço de interesses conservadores muito concretos.

As mulheres do nosso tempo estão cada vez mais tomando consciência da necessidade de combaterem a opressão. Elas conquistaram o direito de voto, conseguiram abolir algumas leis absurdamente discriminatórias, estão ingressando nos cursos superiores, estão invadindo domínios que durante milênios tinham sido considerados prerrogativas dos homens.

Tabus sexuais estão sendo derrubados. Imagens estereotipadas estão sendo questionadas. Simone de Beauvoir, em 1949, com *O segundo sexo*, abriu caminho para importantes avanços na luta feminista. Ainda há muito – muitíssimo – que fazer. A destruição dos preconceitos vai dar mais trabalho que a limpeza das cavalarias de Águas por Hércules. Mas a guerra está sendo travada. Ninguém mais poderá abafá-la.(...)

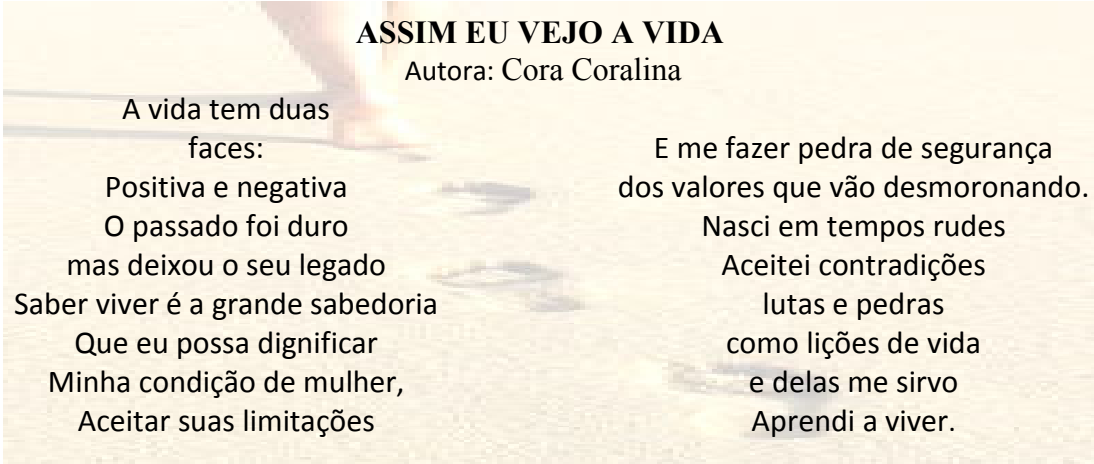
Fonte: KONDER, Leandro. O Marxismo na Batalha das Ideias: Zuleika, o Marxismo e o Feminismo. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2009.

MOMENTO DE DISCUSSÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS GRUPOS

Com a orientação da educadora, após as leituras e discussões nos pequenos grupos, é importante que sejam sistematizadas as questões importantes que cada grupo destacou a fim de ter um quadro geral dos conteúdos apropriados e das relações estabelecidas com o cotidiano confrontando com os ditos populares.

ATIVIDADE 5

Para fazermos uma síntese do eixo temático Trabalho, Gênero e Cultura a partir das reflexões coletivas sobre a questão das mulheres, trazemos a poesia de Cora Coralina como inspiração para que, em grupo ou individualmente, seja produzida uma poesia com o mesmo título.



ASSIM EU VEJO A VIDA
Autora: Cora Coralina

A vida tem duas faces:	E me fazer pedra de segurança dos valores que vão desmoronando.
Positiva e negativa	Nasci em tempos rudes
O passado foi duro mas deixou o seu legado	Aceitei contradições
Saber viver é a grande sabedoria	lutas e pedras
Que eu possa dignificar	como lições de vida
Minha condição de mulher,	e delas me sirvo
Aceitar suas limitações	Aprendi a viver.



Título: ASSIM EU VEJO A VIDA

Autora (s): _____

ATIVIDADE DE PESQUISA PARA A PRÓXIMA OFICINA

Seguem exemplos de frases retiradas de revistas femininas das décadas 50 e 60:

- Se desconfiar da infidelidade do marido, a esposa deve redobrar seu carinho e provas de afeto. (Revista Claudia, 1962)
- A Mulher deve fazer o marido descansar nas horas vagas. Nada de incomodá-lo com serviços domésticos.(Jornal das Moças, 1959)
- Se o seu marido fuma, não arrume briga pelo simples fato de cair cinzas no tapete. Tenha cinzeiros espalhados por toda casa.(Jornal das Moças, 1957)
- Mesmo que um homem consiga divertir-se com sua namorada ou noiva, na verdade ele não irá gostar de ver que ela cedeu. (Revista Querida, 1954)
- O Lugar da mulher é o lar. O trabalho fora de casa masculiniza. (Revista Querida, 1955)

Fonte: Vários autores: Frases extraídas de veículos de mídia impressa. A construção social da discriminação contra as mulheres no Brasil.



Seria interessante pesquisar em propagandas, jornais ou revistas, slogans, frases, matérias ou imagens para analisarmos as visões que aparecem sobre as mulheres nos dias atuais



Nome do veículo de informação:

Data da publicação: ____/____/____

Conteúdo:

IMPORTANTE:

Como pudemos verificar, ao longo da história, em todas as sociedades, foram sendo construídos modelos que distinguem os papéis dos homens e das mulheres. Ou seja, as relações sociais entre o espaço público e da produção (masculino) e privado e da reprodução (feminino). Tendo como referência a divisão sexual do trabalho pudemos observar que predominaram em cada época, relações de dominação e subordinação das mulheres.

Portanto, não são naturais os elementos que constituem as concepções e estereótipos de gênero. Embora tenham sofrido transformações ao longo da história fruto de muitas lutas pelos direitos travadas por mulheres e homens para a superação das desigualdades produzidas na sociedade, ainda prevalecem nos dias atuais visões de hierarquia e de poder dos homens sobre as mulheres e que aparecem expressos na discriminação ou prestígio que assumem determinados papéis, atividades e ideais perseguidos na sociedade.





Segurança Alimentar: Produção e Consumo

b



SEGURANÇA ALIMENTAR: PRODUÇÃO E CONSUMO

No eixo temático *SEGURANÇA ALIMENTAR: PRODUÇÃO E CONSUMO* iremos abordar a problemática do modelo de produção agrícola hegemônico e a questão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que é um conceito abrangente, de natureza interdisciplinar. Envolve o debate sobre o acesso a alimentos de qualidade, práticas alimentares saudáveis, práticas sustentáveis de produção, protagonismo social e direitos humanos. Refere-se também a um conjunto de políticas públicas, de responsabilidade do Estado com controle da sociedade civil organizada, que visa garantir a toda população brasileira o direito a uma vida com dignidade, onde o alimento saudável é tratado como direito e não como mercadoria que restringe seu acesso somente àqueles com condições econômicas.

Esse debate junto às mulheres agricultoras ganha enorme relevância, principalmente quando abordamos as dimensões da produção e do consumo de alimentos, problematizando o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, a erosão da cultura alimentar e a crescente industrialização dos alimentos. Nesse sentido se faz premente a ressignificação do ser agricultora contemplando os desafios para a permanência das jovens no meio rural tendo como referência criar outras bases para se pensar a relação entre o ser humano e a natureza, cujo modelo de desenvolvimento local responda aos interesses das trabalhadoras e contenha estratégias de promoção do direito à alimentação adequada no meio rural a partir da realidade dos municípios.

Materiais a serem abordados:

- Documentário: *O veneno está na mesa*, de Silvio Tendler.
- *Nutrição e Alimentação Saudável: A Produção e Consumo dos Alimentos*, de Aline M. Salami
- *Sistemas de Produção Agrícola*
- *Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil*, de Aline Maria Salami



AGRICULTURA FAMILIAR: DA TERRA À MESA!

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO I: INTRODUÇÃO À TEMÁTICA DA SEGURANÇA ALIMENTAR

A atividade 1 do Eixo Temático Segurança Alimentar: produção e consumo pode constituir-se num momento de aquecimento para que as educandas possam refletir sobre as profundas mudanças ocorridas na agricultura após a 2ª Guerra Mundial, sob a lógica da acumulação do capital. A origem e as consequências desastrosas da Revolução Verde na vida dos agricultores são mostradas na primeira parte do documentário “*O veneno está na mesa*”, de Silvio Tendler (disponibilizado no CD em anexo). É interessante a educadora assistir o vídeo na íntegra para melhor contribuir nos debates.

Como já dizia Marilena Chauí, a ideologia opera por inversão, ou seja, coloca os efeitos no lugar das causas e vice-versa. Isso pode ser exemplificado da seguinte maneira: empresas e governos justificam o pacote de transformações na agricultura como forma de acabar com a fome no Brasil e no mundo, pois aumentará a produção de alimentos (essa fala está presente hoje nos meios de comunicação, inclusive para justificar o que vem se chamando de 2ª Revolução Verde, com a biotecnologia e a engenharia genética). Ora, esse discurso esconde as verdadeiras razões da fome, qual seja: a extrema desigualdade social no país e a concentração de terra e falta de renda para aquisição de cesta básica de alimentos. Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgados no Correio da Cidadania (dez/2011), no Brasil os 10% mais ricos ganham 50 vezes mais que os 10% mais pobres enquanto que em países como Alemanha e Suécia a diferença é de 6 vezes e na Itália, Japão, Grã-Bretanha e Coreia do Sul chega a 10 vezes. Os dados sobre a fome no Brasil mostram que existem cerca de 50 milhões de brasileiros que ainda passam fome e o país tem uma disponibilidade de 3.280Kcal e 87 gramas de proteína por habitante/dia (fazendo um comparativo: a quantidade aproximada de calorias *per capita* recomendada para um adulto é 2.400Kcal/dia).

Essas informações dão algumas pistas para problematizar com as educandas quais são as intencionalidades veladas no discurso da produtividade.

É importante destacar alguns elementos que o vídeo aborda para posteriormente completar o quadro da atividade. Com a implantação da Revolução Verde houve perda da diversidade de plantas; plantio de monoculturas; atrelamento econômico do agricultor a empresas; expulsão de milhares de agricultores do campo¹; uso de sementes transgênicas; perda de diversas sementes crioulas; contaminação de águas e outros.

Importante também destacar a quantidade e variedade de alimentos produzidos pela agricultura familiar a partir de um levantamento de

¹ Segundo Martine (1987) estima-se que de 1960 a 1970 quase 30 milhões de pessoas deixaram o campo e foram morar nas cidades ou migraram para a fronteira amazônica.



alimentos produzidos na propriedade das educandas. Seria importante sistematizar num cartaz e deixar exposto no local da oficina.

Sobre a questão da ideologia, segue abaixo o texto de Marilena Chauí que pode ajudar-nos a refletir como desvelar os discursos dominantes.

A IDEOLOGIA

Marilena Chauí

A alienação social se exprime numa “teoria” do conhecimento espontânea, formando o senso comum da sociedade. Por seu intermédio, são imaginadas explicações e justificativas para a realidade tal como é diretamente percebida e vivida.

Um exemplo desse senso comum aparece no caso da “explicação” da pobreza, em que o pobre é pobre por sua própria culpa (preguiça, ignorância) ou por vontade divina ou por inferioridade natural. Esse senso comum social, na verdade, é o resultado de uma elaboração intelectual sobre a realidade, feita pelos pensadores ou intelectuais da sociedade — sacerdotes, filósofos, cientistas, professores, escritores, jornalistas, artistas —, que descrevem e explicam o mundo a partir do ponto de vista da classe a que pertencem e que é a classe dominante de sua sociedade. Essa elaboração intelectual incorporada pelo senso comum social é a ideologia. Por meio dela, o ponto de vista, as opiniões e as ideias de uma das classes sociais — a dominante e dirigente — tomam-se o ponto de vista e a opinião de todas as classes e de toda a sociedade.

A função principal da ideologia é ocultar e dissimular as divisões sociais e políticas, dar-lhes a aparência de indivisão e de diferenças naturais entre os seres humanos. Indivisão: apesar da divisão social das classes, somos levados a crer que somos todos iguais porque participamos da ideia de “humanidade”, ou da ideia de “nação” e “pátria”, ou da ideia de “raça”, etc. Diferenças naturais: somos levados a crer que as desigualdades sociais, econômicas e políticas não são produzidas pela divisão social das classes, mas por diferenças individuais dos talentos e das capacidades, da inteligência, da força de vontade maior ou menor, etc.

A produção ideológica da ilusão social tem como finalidade fazer com que todas as classes sociais aceitem as condições em que vivem, julgando-as naturais, normais, corretas, justas, sem pretender transformá-las ou conhecê-las realmente, sem levar em conta que há uma contradição profunda entre as condições reais em que vivemos e as ideias.

Por exemplo, a ideologia afirma que somos todos cidadãos e, portanto, temos todos os mesmos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. No entanto, sabemos que isso não acontece de fato: as crianças de rua não têm direitos; os idosos não têm direitos; os direitos culturais das crianças nas escolas públicas é inferior aos das crianças que estão em escolas particulares, pois o ensino não é de mesma qualidade em ambas; os negros e índios são discriminados como inferiores; os homossexuais são perseguidos como pervertidos, etc.

A maioria, porém, acredita que o fato de ser eleitor, pagar as dívidas e contribuir com os impostos já nos faz cidadãos, sem considerar as condições concretas que fazem alguns serem mais cidadãos do que outros. A função da ideologia é impedir-nos de pensar nessas coisas.

Os procedimentos da ideologia

Como procede a ideologia para obter esse fantástico resultado? Em primeiro lugar, opera por inversão, isto é, coloca os efeitos no lugar das causas e transforma estas últimas em efeitos. Ela opera como o inconsciente: este fabrica imagens e sintomas; aquela fabrica ideias e falsas causalidades.

Por exemplo, o senso comum social afirma que a mulher é um ser frágil, sensitivo, intuitivo, feito para as docuras do lar e da maternidade e que, por isso, foi destinada, por natureza, para a vida doméstica, o cuidado do marido e da família. Assim o “ser feminino” é colocado como causa da “função social feminina”.

Ora, historicamente, o que ocorreu foi exatamente o contrário: na divisão sexual-social do trabalho e na divisão dos poderes no interior da família, atribuiu-se à mulher um lugar levando-se em conta o lugar masculino; como este era o lugar do domínio, da autoridade e do poder, deu-se à mulher o lugar subordinado e auxiliar, a função complementar e, visto que o número de braços para o trabalho e para a guerra aumentava o poderio do chefe da família e chefe militar, a função reprodutora da mulher tornou-se imprescindível, trazendo como consequência sua designação prioritária para a maternidade.

Estabelecidas essas condições sociais, era preciso persuadir as mulheres de que seu lugar e sua função não provinham do modo de organização social, mas da Natureza, e eram excelentes e desejáveis. Para isso, montou-se a ideologia do “ser feminino” e da “função feminina” como naturais e não como históricos e sociais. Como se observa, unia vez implantada uma ideologia, passamos a tomar os efeitos pelas causas.



A segunda maneira de operar da ideologia é a produção do imaginário social, através da imaginação reprodutora. Recolhendo as imagens diretas e imediatas da experiência social (isto é, do modo como vivemos as relações sociais), a ideologia as reproduz, mas transformando-as num conjunto coerente, lógico e sistemático de ideias que funcionam em dois registros: como representações da realidade (sistema explicativo ou teórico) e como normas e regras de conduta e comportamento (sistema prescritivo de normas e valores). Representações, normas e valores formam um tecido de imagens que explicam toda a realidade e prescrevem para toda a sociedade o que ela deve e como deve pensar, falar, sentir e agir. A ideologia assegura, a todos, modos de entender a realidade e de se comportar nela ou diante dela, eliminando dúvidas, ansiedades, angústias, admirações, oculta as contradições da vida social, bem como as contradições entre esta e as ideias que supostamente a explicam e controlam.

Enfim, uma terceira maneira de operação da ideologia é o silêncio. Um imaginário social se parece com uma frase onde nem tudo é dito, nem pode ser dito, porque, se tudo fosse dito, a frase perderia a coerência, tornar-se-ia incoerente e contraditória e ninguém acreditaria nela. A coerência e a unidade do imaginário social ou ideologia vêm, portanto, do que é silenciado (e, sob esse aspecto, a ideologia opera exatamente como o inconsciente descrito pela psicanálise).

Por exemplo, a ideologia afirma que o adultério é crime (tanto assim que homens que matam suas esposas e os amantes delas são considerados inocentes porque praticaram um ato em nome da honra), que a virgindade feminina é preciosa e que o homossexualismo é uma perversão e uma doença grave (tão grave que, para alguns, Deus resolveu punir os homossexuais enviando a peste, isto é, a AIDS).

O que está sendo silenciado pela ideologia? Os motivos pelos quais, em nossa sociedade, o vínculo entre sexo e procriação é tão importante (coisa que não acontece em todas as sociedades, mas apenas em algumas, como a nossa). Nossa sociedade exige a procriação legítima e legal — a que se realiza pelos laços do casamento —, porque ela garante, para a classe dominante, a transmissão do capital aos herdeiros. Assim sendo, o adultério e a perda da virgindade são perigosos para o capital e para a transmissão legal da riqueza; por isso, o primeiro se torna crime e a segunda é valorizada como virtude suprema das mulheres jovens.

Em nossa sociedade, a reprodução da força de trabalho se faz pelo aumento do número de trabalhadores e, portanto, a procriação é considerada fundamental para o aumento do capital que precisa da mão de obra. Por esse motivo, toda sexualidade que não se realiza com finalidade reprodutiva será considerada anormal, perversa e doentia, donde a condenação do homossexualismo. A ideologia, porém, perderia sua força e coerência se dissesse essas coisas e por isso as silencia.

(trecho extraído de *Convite à Filosofia*. Ed. Ática, S. Paulo, 1994, pág. 174-175)

ATIVIDADE 1:



A agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, ou seja, a maior parte dos alimentos que estão em nossa mesa vem do trabalho de milhões de agricultores e agricultoras. Apesar disso, frequentemente escutamos através dos meios de comunicação que o agronegócio impulsiona e fortalece a economia brasileira. Dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram que quem de fato fornece alimentos para o mercado interno brasileiro é a agricultura familiar, responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos.

Porém, nas últimas décadas, a agricultura vem passando por grandes transformações tanto nas formas de como produzir e de consumir que tem mudado os modos de viver e os hábitos cotidianos dos agricultores.



A seguir vamos assistir trechos do documentário “*O veneno está na mesa*”, de Silvio Tendler, para enriquecermos nosso debate sobre quais foram essas transformações. - Por que ocorreram? De onde vieram? Quais impactos provocaram na vida cotidiana?

Para organizar melhor nossas ideias, é importante fazer as anotações no quadro abaixo sobre os temas abordados no documentário.

	Antes 2ª Guerra Mundial	Pós 2ª Guerra Mundial
Produção agrícola		
Meio ambiente		
Alimentação		
Saúde		

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO II: ALIMENTAÇÃO E SOCIEDADE

O objetivo da atividade 2 é debater quais são as possibilidades de produzir alimentos saudáveis na agricultura familiar, refletindo sobre o que é uma alimentação saudável e sua intrínseca relação com o modelo agrícola. É importante estimular que apareça a diversidade de “receitas agroecológicas” utilizadas pelas mulheres nas hortas e no plantio da roça para observarem quantos conhecimentos elas possuem, mas que não são valorizados pelo modelo agrícola atual. Outro momento crucial desta atividade é discutir o que identifica e diferencia a agricultura familiar da patronal, fazendo com que as educandas se reconheçam como agricultoras familiares e repensem a organização do trabalho na propriedade.

Sabemos da dificuldade que as pessoas tem para expressar seus pensamentos. Para que cada educanda consiga expor suas ideias indicamos organizar 4 grupos de trabalho (2 grupos para cada texto) e cada grupo deverá escolher uma pessoa para coordenar e outra que irá apresentar a discussão.

A orientação de leitura pode ser fazer 3 momentos de leitura :

1º momento: leitura rápida para compreensão geral do texto;

2º momento: leitura mais atenta sublinhando as palavras desconhecidas (que será trabalhada pela educadora, inclusive, podendo-se recorrer ao dicionário);

3º momento: leitura com extração das ideias-chave do texto.

Após o trabalho de leitura e debate dos grupos, é importante colocar os pontos principais em cartazes e socializar com o grande grupo.





ATIVIDADE 2:

Estudos com textos de apoio para as reflexões

Proposta de trabalho em grupos:

- Leitura e debate em grupos para subsidiar as reflexões sobre as questões levantadas (Cada grupo se dedica ao estudo de um texto);
- Após os estudos, socializar os conteúdos com as companheiras dos demais grupos.

Texto 1:

NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: A PRODUÇÃO E O CONSUMO DOS ALIMENTOS



O conceito de Nutrição é amplo e envolve desde os estudos sobre os alimentos e seus nutrientes como também as ações e interações dos alimentos na saúde das pessoas. A nutrição também está relacionada a uma alimentação balanceada e saudável. Mas o que significa consumir alimentos saudáveis?

Normalmente, há um consenso entre as pessoas de que se trata de uma dieta rica em frutas, verduras e fibras; baixo consumo de açúcar, sal e gordura animal; substituição da manteiga pela margarina e da banha pelos óleos vegetais; e consumo regular de alimentos *light*. Além disso, recomenda-se o cuidado com alimentos calóricos e estimulantes como refrigerantes, café, chocolate e chá preto, entre outros.

Fora desse consenso nos deparamos com inúmeros questionamentos sobre alguns alimentos: 1) seus benefícios para a saúde ou não; 2) a eficácia na prevenção de certas doenças; 3) o que engorda ou não, entre muitas outras perguntas. Afinal de contas, o que precisamos comer para sermos saudáveis?

Estudos mostram que povos como os guineanos, maias, habitantes do Vale dos Hunza e de Vilcabamba, no Equador, viviam muitos anos (longevidade) e tinham em comum a ingestão de alimentos frescos, pouco processados e provenientes do seu meio e de sua própria cultura alimentar. Assim, seus hábitos alimentares baseavam-se na sazonalidade e no equilíbrio do consumo. Neste caso, o conceito sobre o que é saudável repousa na dieta e na qualidade de vida como um todo e não somente em nutrientes, alimentos ou práticas milagrosas dissociadas do contexto da vida social.

Alimentação Orgânica e a Saúde

Nos últimos anos, em nível mundial, se ampliou o debate sobre a alimentação saudável e cresceu o interesse pelos chamados alimentos limpos ou ecologicamente corretos ou orgânicos. Mas o que são alimentos orgânicos? Será que eles não são mais um modismo ou opção de venda? Como eles surgiram e que significado eles têm para a sociedade de forma geral?



Para iniciar essa discussão, podemos dizer que os alimentos orgânicos são alimentos livres de resíduos químicos, isto é, alimentos produzidos sem agrotóxicos ou venenos. Eles surgiram justamente como uma alternativa ao modelo produtivista de produção agrícola convencional, que tem acarretado grandes impactos ambientais, socioeconômicos e na saúde dos povos.

O Brasil é um dos maiores consumidores mundiais de praguicidas, gastando anualmente mais de 2,5 bilhões de dólares com a comercialização destes venenos. Na América Latina, 50% da comercialização de agrotóxicos (herbicidas, fungicidas, inseticidas, acaricidas, nematocidas, etc.) é realizada no Brasil e desde 2008 o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos no mundo.



O perigo é que as consequências da ingestão desses produtos não aparecem de forma imediata no consumidor e os resíduos são, muitas vezes, ofertados acima dos limites recomendados. Embora vários estudos relacionem os agrotóxicos a inúmeros problemas de saúde, ainda não se têm informações suficientes e seguras sobre os efeitos cumulativos e de longo prazo. Entretanto, sabe-se que eles têm impacto na saúde humana afetando, principalmente, fígado, rins e sistema nervoso central tendo repercussões a nível teratogênico (mal-formações congênitas), anomalias neurológicas, gástricas e ósseas, tumores, esterilidade em adultos e intoxicações agudas.

Sendo assim, podemos dizer que o alimento orgânico é mais saudável porque não contém: 1) resíduos de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, usados na agricultura; 2) resíduos de hormônios, drogas veterinárias e antibióticos, usados na produção animal e; 3) aditivos químicos sintéticos (corantes, aromatizantes, conservantes, emulsificantes, etc.), vitaminas e minerais sintéticos, utilizados no processamento dos alimentos.

A produção dos alimentos

Atualmente, cerca de um quinto da humanidade ainda padece da fome, de desnutrição e de outras doenças carenciais relacionadas à alimentação. Isto ocorre num momento em que a Organização Mundial para Agricultura e Alimentação - FAO divulga dados recordes de produção de cereais e alimentos no mundo.

Vejamos alguns exemplos do que estamos falando: se dividirmos a produção mundial de arroz em 2005, isto é, 365 dias por 6 bilhões de pessoas, teríamos a estimativa de consumo de 280g de arroz seco por pessoa diariamente. Outro cálculo que podemos fazer é com a carne produzida no Brasil e teremos um per capita de 134 g/dia. Além disso, cerca de 80% da alimentação da população mundial, baseada em vegetais, corresponde a 5 espécies sendo elas o milho, a mandioca, o trigo, o arroz e a batata.

Essa situação coloca em risco a soberania alimentar dos países na medida em que a lógica da produção capitalista se expressa na expansão da monocultura de grandes empresas. Essa situação vem afetando a diversidade dos produtos e a criação de uma nova base para a alimentação da população mundial.

Além disso, na agroindústria convencional a utilização de insumos químicos contribuiu para o desequilíbrio do ambiente e para o aparecimento das chamadas doenças não transmissíveis ou crônico-degenerativas, cujos principais exemplos são a obesidade, a hipertensão, o diabetes *meliitus*, o colesterol e triglicérides altos e os distúrbios coronarianos.

Para que os produtos cheguem até os supermercados nos sistemas agroalimentares atuais, são percorridos cerca de 2000 km do local onde foram produzidos e/ou processados. Além de encarecer os produtos para os consumidores, quem ganha com isso são os intermediários e não os agricultores que produzem o alimento.

Sabemos que o desenvolvimento da ciência propiciou a produção de alimentos em larga escala com a alta tecnologia (transgenia e nanotecnologia), no entanto, não conseguimos ainda eliminar a fome no mundo. Esta situação reflete a desigualdade social, com a negação



do direito à partilha da riqueza produzida, excluindo economicamente parcelas significativas da humanidade.

O direito humano à alimentação passa pelo direito de acesso aos recursos e meios para produzir ou adquirir alimentos seguros e saudáveis que considerem a cultura, os hábitos e práticas alimentares de cada povo. Neste sentido, a luta pela garantia do direito à alimentação de qualidade para todos os seres humanos requer a construção de um novo paradigma de produção na sociedade, que tenha como base a apropriação social dos meios de produção e a distribuição da riqueza.

Portanto, se entendemos a alimentação de forma ampla que envolve a ciência, a política e a cultura, é importante a discussão não somente do alimento a ser consumido, mas de toda a sua cadeia produtiva e principalmente das políticas de produção e de acesso das populações aos alimentos saudáveis.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, E. **Alimentos Orgânicos**. Florianópolis: Editora Insular, 2001.

CARVALHO, H.M. **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

VALENTE, F.L.S. **Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

WILKINSON. J. **O Futuro do Sistema Alimentar**. São Paulo. Editora Hucitec, 1989.

Texto elaborado por Aline M. Salami, coordenadora pedagógica da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha CUT

Questões orientadoras para leitura e debate nos grupos:

1. Na opinião do grupo, é possível termos uma alimentação saudável?
Como?

2. Que práticas da agricultura orgânica e/ou agroecológica você desenvolve em sua propriedade?

3. A partir da leitura do texto e das discussões, que possibilidades existem na agricultura para produzir alimentos sadios e limpos?



Texto 2:

SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A história da agricultura, surgida entre 10 e 12 mil anos atrás, é a história entre a relação dos seres humanos e os seus sistemas agrícolas de produção. Ao longo do tempo e da trajetória dos povos, os sistemas agrícolas foram sendo criados, adaptados ou modificados e os fatores econômicos, sociais e ambientais influenciaram de forma significativa para moldar esses sistemas. As necessidades humanas, suas formas de organização e elementos ligados ao ambiente natural como água, solos, climas foram e são determinantes. As técnicas e tecnologias que foram sendo criadas contribuíram para afirmar e manejar as múltiplas formas de produzir ou de fazer agricultura, de plantar e de criar. De acordo com as condições naturais e a relação que estabeleceram com o meio ambiente, as civilizações surgiram, prosperaram e desapareceram e os sistemas produtivos tornaram-se desertos ou mantiveram-se produtivos por milhares de anos.

O ser humano sempre se moveu em função de suas necessidades. Sempre precisou de alimentos para se manter, de fibra, de couro e de pele para confeccionar roupas e outras múltiplas utilidades. De madeira e lenha para energia e construções de casas e abrigos. Também se valeu de plantas para tratar a saúde e para rituais religiosos e para dar sabor e embelezar a vida. Quando passou de simples coletor e caçador a domesticar animais e cultivar plantas, passou a implantar e manejar sistemas agrícolas. Começou a se ocupar de plantar, colher, armazenar ou conservar.

OS SISTEMAS AGRÍCOLAS

Um Sistema é definido como “um conjunto de elementos entre os quais haja uma relação”. Essa definição traz a ideia de conjunto; de estrutura organizada que conforma um organismo. Desenvolve a noção de um todo composto de partes que se comunicam entre si, completando-se, interagindo dinamicamente, influenciando reciprocamente. Um sistema se caracteriza, então, por ter entradas e saídas, possuir conexões e interagir internamente e, em muitos casos, com o meio externo e por ter limites definidos.

Constantemente ouvimos falar de sistemas econômicos, do sistema solar, do sistema de saúde e do sistema educacional, do sistema operacional de um computador, de sistema elétrico, de sistema de comunicação, entre outros. São exemplos de pequenas ou grandes estruturas sociais e econômicas, complexas, que funcionam no país, com ramificações, influências, com modo próprio de funcionamento e organização.

Os Sistemas de Produção Agrícolas são formatos produtivos em determinada unidade de produção, modos de se fazer produção vegetal e animal em uma propriedade rural ou região, considerando-se a base natural ou ecológica, o que é caracterizado também como agroecossistema. São milhares de maneiras ou de arranjos produtivos que milhões de agricultores foram criando, desenvolvendo e remodelando constantemente no mundo inteiro. De acordo com os fatores ambientais e capacidade de trabalho se conhecia as potencialidades e os condicionantes, observando os ciclos da natureza, o clima, o regime de água, a influência do sol, da lua, dos ventos, das geadas, conhecendo o solo que é fértil e como torná-lo melhor. O ser humano aprendeu e transmitiu o conhecimento aos filhos geração após geração, em todos os lugares. A economia nasceu e se tornou a ciência e a arte de gerenciar a casa. Da produção para o auto-sustento, surgiram as trocas e as vendas (daí as relações socioeconômicas). Dessa relação, se adaptou e se melhorou a semente em múltiplos ecossistemas, como por exemplo, a enorme quantidade de tipos de batata que os índios peruanos conservaram ou as mais de trinta mil variedades de arroz que existem na Ásia, ou centenas de variedades de maçãs existentes na Europa, ou de mandioca no Brasil.

A Agricultura Familiar, no sul do Brasil, ganhou força como categoria de trabalho com o advento da imigração a partir de meados do século 19, mas já existia a agricultura cabocla, de



quilombos, dos indígenas e de pequenos proprietários que foram importantes como sistemas de produção. Os imigrantes, os alemães e italianos principalmente, mas também várias outras etnias, foram encaminhados a habitarem e produzirem em regiões inicialmente hostis, condicionados a viver num reduzido espaço geográfico, geralmente em terrenos declivosos, necessitando de trabalho intensivo. Para atender as necessidades de auto-sustento (alimentos, moradia, etc.), iniciaram assim a estratégia de produzir várias espécies que servissem de alimento para as pessoas e os animais e de forragem para o gado e fibras. Essa estratégia caracterizou fortemente os sistemas produtivos de agricultores familiares, com o cultivo de muitas espécies e variedades de plantas e criação de várias espécies e raças de animais, organizados no espaço e no tempo, de acordo com as necessidades e a capacidade de trabalho, buscando complementaridade e maximização. Isso definiu o perfil histórico dos pequenos agricultores, que produziam para atender as necessidades de suas famílias e das regiões que os cercavam, comercializando o excedente.

A diversidade caracterizou-se como marco fundamental de produção familiar. A gestão do espaço, usando-o com eficácia e racionalidade, buscou obter o máximo de eficiência dentro das condições naturais estabelecidas, utilizando intensivamente os recursos naturais e humanos. Questões importantes e atuais da ecologia moderna, como a reciclagem, reaproveitamento, diversidade biológica, são atribuições históricas da agricultura familiar.

No Brasil há diversas formas de organização dos sistemas agrícolas, dentre os quais iremos abordar os sistemas de monocultivo, agricultura convencional e sistemas agroecológicos.

Sistemas de monocultivo

O Brasil se caracterizou historicamente por ser um país de grande concentração fundiária, e de profundas desigualdades sociais, questões que estão inter-relacionadas. A estrutura agrária se manteve por séculos e ainda persiste. Nessas estruturas fundiárias predomina a existência de extensos monocultivos, ou seja, imensas áreas de somente um cultivo ou um tipo de criação ou, muitas vezes, sem utilização produtiva e sem cumprir função social. A agricultura brasileira se confunde com a história econômica do país, dos ciclos da cana-de-açúcar, do café, do cacau, da soja, da borracha, do gado, entre outros.

Se a diversidade e a complexidade é o que caracteriza a produção da agricultura familiar, o contrário ocorre com a patronal, onde a simplificação e a monocultura caracterizam as produções agrícolas dos latifúndios, configurando social e historicamente dois sistemas gerais que se antagonizam estruturalmente e ecologicamente. Esse dois sistemas também se tencionam constantemente.

Agricultura convencional

Nos últimos 40 anos, a agricultura brasileira e o mundo rural vêm sendo alterados drasticamente. O marco no mundo dessas transformações é a segunda guerra mundial. Toda a estrutura industrial de produção da tecnologia projetada para a guerra (química e de maquinaria pesada), foi direcionada e adaptada para servir às atividades agrícolas. Os tanques de guerra se transformaram em tratores e os materiais de explosivos serviram de base para a fabricação de adubos químicos e de venenos agrícolas. A agricultura passou a ser feita com o auxílio de fatores externos os quais, posteriormente tornaram-se dependentes, como os adubos químicos industriais de produtos sanitários para o controle de doenças e insetos e de máquinas pesadas. Passou-se a depender cada vez mais de crédito bancário e com relações subordinadas às empresas agroindustriais.

Essas mudanças alteraram o modo de se produzir bem como as relações sociais e econômicas que daí decorrem. A introdução das tecnologias artificializou e simplificou os sistemas agrícolas, o que trouxe sérias consequências, gerando problemas de ordem econômica, ambiental e social, afetando a saúde humana. Essa agricultura se distanciou cada vez mais da lógica da natureza, passando a operar uma lógica da indústria, marcada pela rapidez e busca de lucro fácil, gerando um passivo ambiental de destruição a ser assumido pelas futuras gerações.



Sistemas agroecológicos

O conceito de desenvolvimento sustentável é uma definição moderna e recente. Surgiu no final dos anos 80 para designar que as atividades econômico-produtivas além de serem viáveis economicamente, incorporassem a necessidade de se preservar e melhorar o ambiente e uso de recursos naturais (essa visão se diferencia da ideia que predominou até agora pautado no econômico como definidor do desenvolvimento). Aproveitando essa ideia surge a designação de agricultura sustentável, porém tanto desenvolvimento e agricultura sustentáveis são termos e conceitos em disputa, usados e apropriados por diversos segmentos da sociedade. Para os movimentos sociais/populares o conceito de agricultura sustentável se aproxima da agroecologia.

A agroecologia, como conceito, surge neste debate contemporâneo da crise da agricultura moderna convencional, e traz vários entendimentos. Alguns a definem como sendo uma ciência e esta é uma visão difundida e predominante nas academias de ensino e pesquisa. A crítica é que essa noção pode e tende a reduzir a uma visão técnica de aplicação de conceitos de ecologia geral a produção econômica e sendo ciência teria dificuldade de incorporar o conhecimento tradicional. Mas, segundo os seus formuladores, esta ciência seria de outra base, de outra concepção, de outro paradigma² epistemológico³, uma ciência com enfoque integral que incorpora e dialoga com outras áreas do conhecimento como a antropologia, a sociologia, a história, a educação, entre outras.



No entendimento das organizações populares, a agroecologia possui uma visão mais ampla. Trata-se de uma concepção que incorpora necessariamente a dimensão social, econômica e cultural. Atua também como movimento social, pois se ocupa com a organização social e estimula a cooperação para a construção de uma agricultura sustentável e propõe novas relações socioeconômicas pautadas pela ética e a solidariedade humana. Busca olhar as coisas no entorno e no mundo com outros olhos, com suas relações interdependentes e indissociáveis que busca referências no conhecimento acadêmico científico e no saber tradicional dos povos. De fato, na prática, junto aos agricultores, a agroecologia estabeleceu-se como sinônimo de prática produtiva limpa que substitui as outras correntes que surgiram em diversas realidades como a agricultura ecológica, orgânica, natural, biológica, regenerativa, na qual se entende que tem como concepção e regramento de não se usar adubos químicos sintéticos, nem venenos agrícolas, buscando diversidade e equilíbrio ambiental.

Considerações finais



A agricultura familiar tem, a partir de sua história, a capacidade de construir sistemas de produção muito ricos e complexos que foram sendo desenvolvidos ao longo do tempo com muito trabalho. Aliás, esta é uma marca da agricultura familiar que, como o próprio nome diz, envolve a família toda (a mãe, o pai, os avós, os jovens) com responsabilidades e tarefas de cada um no sistema produtivo.

Atualmente, com o processo de masculinização e envelhecimento do meio rural, cabe a reflexão sobre a participação dos agricultores familiares na construção de uma agricultura que promova

² Paradigma é um padrão de ideias que orientam uma sociedade por um determinado período histórico, influenciando a pesquisa científica e o sistema educacional; um modelo.

³ Epistemologia diz respeito à teoria do conhecimento; é o estudo da ciência, seus princípios, finalidades e verdades constituídas (certezas).



o desenvolvimento local, a geração de trabalho e renda, a produção de alimentos saudáveis, a preservação ambiental e a valorização da identidade camponesa.

Fonte: Adaptado do texto Sistemas de Produção Agrícola, de Edmilson Fortes, Caderno Agricultura Familiar: Organização da Produção – Projeto Terra Solidária Fetraf-Sul/CUT, 2007

Questões orientadoras para a leitura e debate nos grupos:

1. Como acontece a participação das mulheres, homens e jovens na gestão da propriedade e/ou lote (definição de onde plantar, o que plantar, como plantar e a quem vender)?

2. No quadro abaixo, identifique as principais características do que consideramos agricultura familiar e agricultura patronal:

Característica	Agricultura Patronal	Agricultura Familiar
Quem administra?	Separação entre gestão e o trabalho – administrador responsável pela gestão	Trabalho e gestão estão intimamente relacionados – pai responsável pela gestão
Como é realizado o trabalho?	Trabalho assalariado	Trabalho dos membros da família
Qual o significado da terra (lote e propriedade)?	Rentabilidade	Vida
Como a família participa?	Na atividade final: recebimento do R\$	De todo o processo: planejamento do plantio, colheita e venda dos alimentos e recebimento do R\$.
Qual é o tipo de produção?	Baseado nas práticas agrícolas padronizadas e especializadas (máquinas, sementes, terras planas,...)	Baseado nas práticas agrícolas diversificadas, na conservação dos recursos naturais e na qualidade de vida da família

3. Explique com suas palavras como é organizada a produção na sua propriedade e/ou lote (que tipos de sistema agrícola é adotado).



Fazer a sistematização em cartazes para apresentação dos grupos.

As Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional: aquecendo o debate



Atividade 3

Nos últimos anos, o termo Segurança Alimentar vem sendo bastante utilizado tanto no nível governamental quanto na sociedade de forma geral. O que sabemos e/ou ouvimos sobre segurança alimentar? O que significa?

Atividade 4

Como essa atividade deve ser orientada pela educadora, segue alguns elementos extraídos do texto subsídio para explorar na linha do tempo sobre a história da Segurança Alimentar.

LINHA DO TEMPO – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
1ª Guerra Mundial (1914-1918)	O termo Segurança Alimentar passou a ser utilizado na Europa com estreita ligação com o conceito de segurança nacional e com a capacidade de cada país produzir sua própria alimentação, de forma a não ficar vulnerável a possíveis embargos ou boicotes por razões políticas ou militares.
2ª Guerra Mundial (1939-1945)	O conceito ganha força com a criação da ONU (1945), mas já se percebe a tensão entre dois grupos. De um lado, as organizações que entendiam o acesso ao alimento como um direito (FAO e outros) e, de outro, os que defendiam que a segurança alimentar seria garantida por mecanismos de mercado (FMI, Banco Mundial, Instituições de Bretton Woods, etc.)
Após a 2ª Guerra Mundial	A segurança alimentar é tratada como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos, ou seja, o problema decorria da



	produção insuficiente de alimentos nos países pobres. Esse argumento contribuiu na disseminação da chamada Revolução Verde.
1946	Josué de Castro publica o livro Geografia da Fome
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos
1952-1956	Josué de Castro é presidente da FAO/ONU
1974	Em decorrência da crise mundial de alimentos, ocorre a 1ª Conferência Mundial de Alimentação onde é identificado que a garantia da segurança alimentar teria que passar por uma política de armazenamento estratégico e de oferta de alimentos, associada à proposta de aumento da produção de alimentos. Ou seja, não basta só produzir alimentos, é preciso garantir a regularidade do abastecimento. O enfoque estava no produto, e não no ser humano, ficando a dimensão do direito humano em segundo plano. Foi neste contexto que a Revolução Verde foi intensificada, inclusive no Brasil, com um enorme impulso na produção de soja.
Anos 80	Com o aumento da produtividade, há excedente de produção e aumento de estoques provocando queda dos preços dos alimentos. Mesmo assim, a fome continua existindo e é admitido que a insegurança alimentar é decorrente da pobreza. O conceito de segurança alimentar passou a ser relacionado com a garantia de acesso físico e econômico de todos - e de forma permanente - a quantidades suficientes de alimentos.
Anos 90	O conceito de segurança alimentar passou a incorporar também a noção de acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente); de qualidade (nutricional, biológica, sanitária), produzidos de forma sustentável, equilibrada e culturalmente aceitáveis e também incorporando a ideia de acesso à informação. Agrega-se definitivamente o aspecto nutricional e sanitário ao conceito, que passa a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional. Consolidam-se um forte movimento nacional e internacional em direção à reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada. 1994 – I Conferência Nacional de SA 1996 – Cúpula Mundial de Alimentação
Anos 2000	2004 – II Conferência Nacional de AS que elaborou o conceito atual de SAN 2006- Aprovada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) 2009 – Aprovada a Lei 11.947 que insere a participação dos agricultores familiares no PNAE



Texto subsídio para a construção da linha do tempo

CONTEXTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

A alimentação é fundamental para a existência humana. É a partir dela que tiramos energia e nutrientes para viver, trabalhar, estudar e desenvolver as atividades cotidianas. No entanto, nem todas as pessoas têm acesso a uma alimentação adequada e saudável diariamente, situação esta considerada de insegurança alimentar e nutricional. Mas o que significa e/ou caracteriza uma situação de insegurança alimentar?

Para responder essa questão, precisamos entender o que é segurança alimentar e nutricional (SAN). O conceito de segurança alimentar e nutricional está em disputa, pois a questão alimentar está relacionada com os mais diferentes tipos de interesses, ou seja, o conceito vai sendo modificado a partir da organização social e as relações de poder em uma sociedade.

Desde a 1ª Guerra Mundial o conceito de segurança alimentar vem sendo modificado e utilizado de forma inapropriada, inclusive para justificar mudanças tecnológicas como foi o caso da Revolução Verde⁴. No início da década de 1990, o conceito passou a incorporar também a noção de acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente), de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada, culturalmente aceitável e também incorporando a ideia de acesso à informação. Agrega-se definitivamente o aspecto nutricional e sanitário ao conceito, que passa a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional.

Isto significa que a integração entre esses dois aspectos distintos e complementares - alimentar e nutricional - amplia o debate sobre segurança alimentar e nutricional abordando desde a disponibilidade de alimentos (produção, comercialização e acesso) até ações de promoção de saúde (escolha, preparo e consumo dos alimentos).

Hoje o conceito adotado em nosso país diz: *“a Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”*.

Situações de insegurança alimentar ocorrem desde a falta de acesso aos alimentos ou à terra para a sua produção, o atual modelo de produção agrícola, degradação das práticas alimentares regionais até problemas de saúde decorrentes da má alimentação e nutrição como o sobrepeso, obesidade e doenças carenciais (como, por exemplo, anemia, falta de vitaminas e minerais) oriundas do consumo de alimentos industrializados, com alta concentração energética e baixa qualidade nutricional.

A partir de 2003 com a implementação do Programa Fome Zero, o Brasil implementa uma política de Segurança Alimentar e Nutricional articulando ações estruturantes como geração de emprego e renda, incentivo à agricultura familiar, intensificação da reforma agrária, estímulo à agroecologia, etc. e medidas emergenciais como ampliação de programas de alimentação como Alimentos Emergenciais, Estoques de Alimentos de Segurança, Educação para o Consumo Alimentar, ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e

⁴ A revolução verde foi um pacote de transformações tecnológicas e químicas no modo de produção agrícola que impulsionou a produção, mas de forma extremamente dependente do uso de agroquímicos (sementes melhoradas, adubos e venenos) e com sérios impactos ambientais.



Programa de Alimentação Escolar, entre outros. Ou seja, foram implementados e fortalecidos programas e políticas públicas que visavam promover o direito humano à alimentação adequada.

Dentre as ações, uma das mais significativas e como resultado de antigas reivindicações dos movimentos sociais organizados do campo, estende-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a agricultura familiar. Embora o programa exista desde 1955, a incorporação da agricultura familiar no fornecimento de alimentos para a alimentação escolar ocorreu somente a partir de 2009, com a aprovação da Lei 11.947, a qual estabelece que no mínimo 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, deve ser gasto pelos administradores do ensino público na aquisição de alimentos diretamente dos agricultores ou empreendimentos rurais familiares, cooperativas e associações da agricultura familiar. O acesso a este mercado institucional é facilitado através da organização de grupos formais ou informais que comercializam seus produtos diretamente com as escolas. É importante ressaltar que anteriormente as compras eram realizadas exclusivamente por licitações públicas ou levantamentos de preços que não consideravam critérios sociais fazendo com que as organizações de agricultores dificilmente tivessem acesso a essa comercialização.

Programas institucionais como o PNAE são uma possibilidade concreta de articular o consumo à produção de alimentos. De um lado, temos a promoção de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes e agricultores familiares e, de outro, o estímulo ao desenvolvimento local com o fortalecimento da agricultura familiar gerando trabalho e renda no campo. Possibilita a diversificação da produção agrícola na região, estimula a permanência de jovens no meio rural e incentiva a produção de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.

Texto elaborado por Aline M. Salami, coordenadora pedagógica da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha CUT

Atividade 5:

1) Sobre a lei da alimentação escolar, quais são as dúvidas do grupo?

2) Fazer uma síntese dos debates em grupos, a partir das seguintes questões:

- Quais os pontos positivos e negativos da forma de produção atual?

- Há outras possibilidades para a forma de produzir, diferentes de como se produz hoje?




TAREFA PARA A PRÓXIMA OFICINA

A atividade proposta para ser realizada para a próxima oficina é importante para colhemos dados da realidade das participantes. Sendo assim, é fundamental esclarecer que tal tarefa tem como objetivo alimentar os debates na próxima oficina com dados mais concretos e organizados vindo dessa pesquisa. Dessa forma, cada uma estará contribuindo para enriquecer o percurso formativo.

Fazer um levantamento sobre a situação dos programas institucionais no seu município:

No seu município existe cooperativa/associação de agricultores familiares? Se sim, quantas e como se chama?	
No seu município (pode ser na comunidade) existem agricultores e/ou cooperativas/associações participando do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Quantos? _____ Há quanto tempo participam? _____ Quais são os alimentos vendidos?
Algum alimento é processado? Quais?	
No seu município (pode ser na comunidade) existem agricultores e/ou cooperativas/associações vendendo alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Quantos?
São os mesmos agricultores que já entregam para o PAA?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Há quanto tempo estão participando: _____
Quais são os principais alimentos fornecidos para o Programa?	
Algum alimento é processado? Quais?	
Algum alimento é produzido de forma orgânica ou agroecológica? Quais?	
Você participa de algum conselho (saúde, alimentação escolar, desenvolvimento rural, etc.) no seu município? Representando qual segmento?	





Economia Solidária e Organização Coletiva



ECONOMIA SOLIDÁRIA E ORGANIZAÇÃO COLETIVA

No eixo temático ECONOMIA SOLIDÁRIA E ORGANIZAÇÃO COLETIVA, iremos introduzir alguns princípios desse modelo de economia cujo papel central está no fortalecimento da organização coletiva, nas dimensões política, econômica e social. Isso se dá por meio da cooperação e laços de solidariedade da classe trabalhadora a fim de se criar novas formas de organização do trabalho, pautadas na democracia, justiça, igualdade e equidade.

Apesar de vivermos numa sociedade estruturada no modo de produção capitalista, que se funda no mercado e no lucro estimulando a competitividade e o individualismo na sociedade, um dos desafios na organização de empreendimentos socioeconômicos pela classe trabalhadora é fortalecer um projeto em outra perspectiva histórica, para começarmos pouco a pouco desconstruir esses valores e implementar ações alternativas contra-hegemônicas ao modelo de produção vigente.

Daí a importância de, em nosso percurso formativo, nos apropriarmos dos fundamentos da economia solidária e de ferramentas coerentes com essa perspectiva para, possibilitar uma gestão solidária e sustentável de produção social e econômica da existência, com base no trabalho coletivo e na participação ativa dos sujeitos envolvidos, a fim de garantir o bem estar da comunidade e a melhoria da qualidade de vida com justiça social para os seus participantes.

O debate sobre a organização das trabalhadoras rurais é fundamental para a intervenção e fortalecimento de políticas públicas voltadas a Economia Feminista e Solidária, como por exemplo, a construção de uma Rede Solidária de Alimentação na Região.

Materiais a serem abordados:

- *Gestão: Uma Necessidade Humana*, de Luiz Gabriel Angenot
- *Conversa sobre economia solidária*, de Antonia Barbosa Pincano e Maristela Miranda Barbara
- *Sociedades Cooperativas Versus Sociedades de Capital*, de Eliza Emília Rezende Bernardo Rocha



PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO I: INTRODUÇÃO À TEMÁTICA DA GESTÃO

O debate da gestão mormente remete a ideia de administração de empresas, planejamento e operacionalização do trabalho etc. No entanto, queremos promover uma reflexão mais profunda sobre a concepção e o papel da gestão num projeto dos trabalhadores. Quando falamos em projetos estamos falando em mudança, em algo novo e não na reprodução do que já existe. Portanto, em nosso percurso formativo é importante pensarmos a sociedade em que vivemos e nas atividades 1 e 2, podemos identificar, problematizar e sistematizar com o grupo as percepções das participantes quanto as relações entre o ser humano e a natureza, entre o pensar e o fazer, entre homens e mulheres e a construção social do tempo e espaço com a introdução das tecnologias.

Para isso é fundamental criar estratégias pedagógicas que possibilitem a expressão do grupo com diferentes linguagens tais como: Desenhos, Relatos; por escrito com apresentação oral; Outros.

Após a realização das atividades 1 e 2 é fundamental fazer uma avaliação coletiva para percebermos se as atividades propostas foram bem explicadas e entendidas, se houve envolvimento e mobilização de todas, se os objetivos pretendidos foram alcançados atentando também para as lacunas (O que faltou?) e o que de novo apareceu.

Na dinâmica da ilha certamente aparecerá uma riqueza de elementos e é importante que a educadora estimule o debate sobre a organização do grupo, os diferentes saberes e experiências de cada uma, a importância do planejamento e união do coletivo para atingir os objetivos.

É fundamental partir do princípio de que só se aprende sobre participação, participando, portanto o método, nesta atividade, mais que em qualquer outra deve ser participativa.



ATIVIDADE 1

Dinâmica da Ilha

EM GRUPOS: A PARTIR DA SEGUINTE SITUAÇÃO...

Estávamos viajando de barco para um destino distante de nossa origem quando de repente uma tempestade nos tomou de surpresa... Naufragamos, mas felizmente conseguimos nadar rapidamente até uma ilha próxima.



Por sorte não tivemos nenhuma perda humana e, por azar, fomos para numa ilha distante, muito longe do local de onde viemos.

Também, por sorte, a ilha reúne todas as condições naturais para a sobrevivência, mas:

- ***Não há meios de sair da ilha já que nada sobrou da embarcação;***
- ***Não foi possível salvar nada do que trouxemos, pois todos os instrumentos e recursos ficaram no barco e afundaram no naufrágio.***

Desafio: Os grupos devem construir estratégias de sobrevivência contando com as pessoas e com os recursos naturais da ilha.

Para isso, solicitamos que o grupo descreva como sobreviveu na ilha tanto a curto quanto a longo prazos.



ATIVIDADE 2:

Estudos com textos de apoio para as reflexões sobre a Economia Solidária

Proposta de trabalho em grupos:

- Após a socialização das estratégias de sobrevivência de cada grupo, estudar o texto abaixo:

Texto 1:

GESTÃO: UMA NECESSIDADE HUMANA

Desde o princípio da história da humanidade, o ser humano vive do seu trabalho que transforma a natureza e produz os meios para satisfazer suas necessidades. O produto, fruto do seu trabalho, é resultante da matéria-prima acessível e de um planejamento que exige do homem uma organização de suas ações no tempo e no espaço. Chamamos de gestão todo o processo de idealização, planejamento, organização e ação, para atingir um objetivo.

Então se refletirmos com atenção sobre nossas práticas no cotidiano, perceberemos que em nossas vidas fazemos gestão de alguma forma.

Em nossa casa fazemos gestão do lixo, da água e da luz. Com o lixo, por exemplo, para deixar nossa casa limpa utilizamos diferentes maneiras de descartá-lo. Uma delas é juntá-lo em sacos plásticos para que o serviço da prefeitura recolha e coloque num aterro sanitário. As outras formas são: reciclando, queimando, jogando no quintal, no mato, no rio ou na rua.



Outros dois exemplos que podemos citar são: gestão da renda familiar e de quando construímos ou reformamos nossa casa. No primeiro caso, fazemos gestão quando procuramos satisfazer as necessidades de alimentação, moradia, vestuário, lazer, saúde e educação pagando despesas como: compras no supermercado; aluguel, IPTU, luz, água, gás, móveis,



eletrodomésticos; roupas e calçados; baile ou compra do CD de um cantor preferido; tratamento dentário, óculos, remédios, produtos de higiene; vale transporte, uniforme e material escolar. O mesmo ocorre quando decidimos construir ou reformar nossa casa, pois no processo desse trabalho fazemos um planejamento, em que calculamos o dinheiro disponível; pesquisamos os preços dos materiais de construção; preço da mão-de-obra; prevemos o tempo que será necessário para fazer a construção; ficamos atentos às condições da meteorologia e com quantas pessoas da família se poderá contar no trabalho.

No trabalho, seja ele educar, vender, plantar, construir, pescar, reciclar, costurar, cozinhar, limpar, fabricar, atender pessoas, fazemos gestão, pois temos sempre um objetivo a ser alcançado para a produção de nossa existência, que perseguimos através da organização dos recursos que dispomos, seja do tempo, do espaço, materiais e ferramentas.

Enfim, em todas essas situações, temos um determinado objetivo para atingir e na sua busca analisamos os prós e contras de nossas ações e com isso mudamos ou não o jeito de fazer as coisas para acertar ou continuar acertando o nosso objetivo, seja em casa, no trabalho etc.

Hoje em dia se ouve muito falar e, é moda no mercado, de cursos de qualificação profissional que, para um promissor sucesso na carreira administrativa é necessário à formação em gestão, se tornar gestor, profissional indispensável para o sucesso das empresas, das instituições públicas ou das Organizações Não Governamentais - ONGs.

As empresas, na busca de lucrar mais e competir no mercado de produtos e serviços em que elas disputam, necessitam de um leque de atuações no campo da gestão: gestão de qualidade, gestão de pessoas, gestão do conhecimento, gestão por competência, gestão por processos etc., onde buscam organizar melhor os recursos que dispõem: o tempo, o espaço, os materiais, as ferramentas e, principalmente, os trabalhadores que irão produzir a riqueza. Então a partir do que vimos anteriormente, podemos entender que gestão é o que fazemos para atingir objetivos que poderão ser alcançados a partir da idealização, planejamento, organização e ação. Portanto, pode ter a finalidade do lucro, que é a lógica das empresas ou da produção da vida, que é a lógica dos trabalhadores.

Texto elaborado Luiz Gabriel Angenot é geógrafo pela UFSC e foi educador da ETHCI/CUT.

Questões orientadoras para leitura e debate nos grupos:

1) Quais os passos (citar) que o grupo realizou para organizar as estratégias de sobrevivência?

2) Quais as principais dificuldades encontradas para sobreviver na ilha?

Citar os elementos que podemos relacionar entre a dinâmica da ilha e o conteúdo do texto “Gestão: uma necessidade humana”?

Socialização dos grupos e Debate Geral (Sistematização em cartazes)



DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO II: OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para a introdução da discussão sobre a economia solidária é importante estimular as educandas a expressarem suas visões a respeito da participação (individual e coletiva), mesmo que de maneira idealizada.

Por exemplo, é interessante propiciar que exponham coletivamente seus pontos de vista com relação à tomada de decisões que orientam as políticas públicas no município, derivadas de algumas situações advindas de experiências vividas com serviços públicos essenciais.

A construção de alternativas de trabalho e renda e a questão da Economia Solidária vem ganhando relevância nos últimos anos, no entanto há vários entendimentos sobre o tema, que geralmente tem foco na questão econômica embora a concepção da Economia Solidária se pautem em princípios distintos da economia capitalista.

A discussão sobre os princípios da Economia Solidária pode se tornar bastante rica se articulada aos entendimentos que temos hoje sobre a solidariedade que vêm sendo amplamente disseminada (pelo governo em suas campanhas relativas às políticas sociais, pelos empresários e representação dos trabalhadores).

É preciso refletir se a concepção de solidariedade dita pelo governo, pelos empresários e pelos trabalhadores é a mesma e como ela se expressa nas práticas cotidianas. Uma dinâmica que pode ser propiciada para a reflexão sobre as relações de solidariedade ou não estabelecidas em diferentes espaços de vivência das educandas (no trabalho, na família, na comunidade, etc.) seria um exercício de vivência a partir de uma dramatização. A partir de uma **situação-problema** lançada pela educadora, é possível desafiar o grupo a pensar no tema.

Sugerimos algo do tipo: "Todos trabalham numa cooperativa de alimentação. Surge um boato (ainda não é oficializado) que uma parte dos trabalhadores acredita que seu trabalho vale mais que o dos outros e algumas mudanças são propostas como... **(O grupo constrói o enredo e desfecho da história).**

Após a dramatização, pode-se abrir o debate com toda a turma sobre os elementos que ganharam maior significado (registrar) a partir das práticas simuladas. Refletir em seguida o que tais elementos possibilitam discutir: sobre a solidariedade e o individualismo, as relações de gênero, a equidade etc. É importante trabalhar as contradições presentes.

O tema da solidariedade nos impõe um grande desafio, pois vivemos num momento em que predominam, a partir da lógica do mercado, os discursos da realização / satisfação das pessoas baseados na competição e em valores individualistas. Se contrapor a tal lógica requer recuperar a história de lutas da classe trabalhadora com o objetivo de politizar a ação coletiva a partir dos interesses da classe trabalhadora quanto à melhoria das condições de vida, da emancipação econômica, política e social.



É importante debater e refletir sobre as contradições que são ocultadas pelos discursos da solidariedade e as perspectivas que a turma levanta, procurando explicitar a diferença entre o discurso da solidariedade (que muitas vezes confunde-se com o mero assistencialismo, visto do ponto de vista individual) e as práticas sociais solidárias numa perspectiva coletiva e classista.

Outra atividade interessante seria organizar uma pequena exposição com alguns objetos que façam parte do cotidiano das educandas. É importante que nesta amostra estejam contemplados objetos não só de uso pessoal, mas também objetos ligados aos vários tipos de trabalho, formal e informal.

Cada educadora poderá estipular um tempo para que as educandas possam observar esses objetos e depois solicitar que cada uma faça comentários sobre os objetos de maneira bem espontânea, que expressem suas impressões, incentivando-os para que digam: Quais objetos são mais significativos? Por que o são? Qual a relação desses objetos com a sua vida? Etc. O objetivo desse exercício é sensibilizar o grupo para que possam refletir sobre como somos indiferentes a algumas coisas da realidade e, como outras passam a ter um significado diferenciado a partir de nossas vivências, e como os valores são produzidos socialmente. Após esse exercício de sensibilização, em grupos, pode-se propor uma primeira leitura coletiva do texto *Conversa sobre Economia Solidária*, grifando as palavras que lhe são desconhecidas, para que ao final da leitura o grupo possa compartilhar com os demais as suas dúvidas a fim de esclarecê-las.

ATIVIDADE 3

Ultimamente temos ouvido com frequência falar em economia solidária. O que sabemos sobre isso? Conhecemos alguma experiência de economia solidária? Para melhor nos situarmos vamos ler em grupos os dois textos abaixo. Vamos organizar a leitura em grupos. (Cada grupo lê um texto)

Texto 2:

CONVERSA SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA



O conceito de Economia Solidária está relacionado a uma nova forma de organização do trabalho, que busca a melhoria da qualidade de vida da população. É um conceito que está em processo de construção. É um movimento social que surge por meio de um novo tipo de relações econômicas, envolvendo aspectos culturais, históricos e de classe, sobretudo, baseadas na cooperação, na solidariedade, na democracia e no respeito ao meio



ambiente. Para isso, precisa ser socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável.

Essas novas relações econômicas podem ser construídas através de empreendimentos e associações em que os princípios da solidariedade e da cooperação sobreponham ao da competição e da individualidade do trabalho, que caracteriza a economia capitalista, já que a busca pelo lucro a qualquer custo está acima de tudo.

O conceito de solidariedade nos convida a pensar que algo é bom quando não está voltado apenas às necessidades de uma pessoa ou de um grupo. Melhor dizendo, é solidário um projeto que se propõe a indicar soluções coletivas sem retirar a importância das individualidades. É solidário um projeto que fortalece a reciprocidade entre as pessoas e grupos.

A solidariedade da qual estamos falando compromete-se com laços de reciprocidade, não está relacionada a uma visão assistencialista, de caridade, compreendida como um favor, um benefício, um amparo de quem tem poder e superioridade em relação ao outro que está fraco, debilitado, necessitado.



Os sujeitos envolvidos nas propostas de economia solidária adotam a sua própria força de trabalho no processo de reprodução da sua vida e rompem com a ideia do trabalho como mercadoria. Fundamentam-se em uma filosofia que valoriza a sua autonomia e criatividade, luta pela sua inclusão política e buscam articular as suas experiências no âmbito da economia solidária, junto às lutas dos trabalhadores assalariados.

É possível identificar uma experiência em economia solidária quando podemos perceber que os participantes daquele grupo:

- Comprometem-se com a formação de um bem coletivo;
- Estabelecem um justo preço para todas as atividades;
- Remuneram adequadamente o trabalho com retiradas igualitárias;
- Adotam jornadas e condições salubres em relação ao ser humano e ao ambiente;
- Criam o compromisso com a satisfação das necessidades básicas, rompendo com a ideia de obtenção de lucros e acumulações;
- Educam-se com propostas em que os aspectos econômicos tem a mesma importância que os fatores sociais, culturais, as relações humanas e a natureza;
- Repartem as sobras com critérios aprovados por todos;
- Realizam sua formação profissional continuamente;
- Reeduam-se por um modo cooperativo de relacionar-se;
- Adotam conceitos éticos que permeiam todo o processo de trabalho.

A economia solidária coloca o ser humano como referência para o desenvolvimento de uma nação. Propõe-se o combate da lógica da desigualdade. É o compromisso de resgatar milhões de trabalhadores/as que hoje são vistos de forma marginal e que não são reconhecidos como trabalhadores empreendedores.

Por outro lado, para o êxito do empreendimento, é necessário se pensar:

- No que produzir;
- Nas formas de comercializar os produtos/serviços;
- Na busca de assessoria técnica e científica quando os grupos precisarem;



- Na necessidade de constantes aperfeiçoamentos em todo o processo, no que se refere aos trabalhadores envolvidos, como também aos produtos/serviços que são comercializados;
- A aplicação de legislação específica que vai garantir a legitimação da atividade.

O cooperativismo e a autogestão são formas de concretizar o conceito de economia solidária, pois significa gestão dos meios de produção pelos próprios trabalhadores. Envolve o político, o cultural, o social e outra economia superior à organização capitalista. Trata-se de um conceito fundamental para administrar de forma libertária a vida, a sociedade com resistência cotidiana, visando combater a organização autoritária do trabalho.

No cooperativismo e na autogestão, a administração de todo o processo produtivo é totalmente diferente da gestão capitalista. Por exemplo: mobiliza-se a experiência e o conhecimento de todo o grupo, e as decisões são tomadas coletivamente, com lealdade e transparência, para que sejam certas.

Um grande desafio é superar e solucionar questões que surgem no decorrer das atividades, por meio do diálogo, por meio da troca e debates de ideias, de opiniões e de conceitos capazes de solucionar problemas e construir novos conhecimentos, não só sobre o produto, mas também sobre nós mesmos, sobre o grupo e sobre a comunidade em que todos estão inseridos.

No passado, pensava-se que essas iniciativas visavam apenas gerar renda aos participantes. Entretanto, sabemos ser algo que vai muito além de gerar/completar renda, pois busca aperfeiçoar a qualidade da vida de todos, garantindo o respeito, a diversidade do grupo e da comunidade em que o grupo está inserido. É um movimento que busca forjar novas formas e novos valores nos processos de socialização dos sujeitos.

Texto elaborado por Antonia Barbosa Pincano
Maristela Miranda Barbara. Caderno de Textos Projeto Todas as Letras, SNF/CUT, 2007

Questões orientadoras para leitura e debate nos grupos:

1) Quais são os principais desafios para a organização coletiva de um empreendimento na opinião do grupo?

Quais princípios devem orientar um empreendimento gestado pela classe trabalhadora?

Do ponto de vista da gestão, o que um empreendimento dos trabalhadores deve ter que um empreendimento capitalista não tem?



DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO III: SOCIEDADES COOPERATIVAS X SOCIEDADES DE CAPITAL

O texto: Sociedades Cooperativas X Sociedades de Capital, como o próprio título anuncia, tem como objetivo uma comparação entre dois conceitos relativos a tipos diferentes de sociedades, a saber: sociedades cooperativas e sociedades de capital. Trata-se, portanto, de um levantamento das características de um e outro tipo de sociedade e o contraponto entre elas, isto é, suas diferenças. Seria interessante, desse modo, fazer uma leitura analítica do texto buscando elencar as características de um e de outro tipo. Este trabalho de leitura com vistas a diferenciar tais características pode ser transformado em painel a ser exposto na sala de aula para balizar a discussão acerca das cooperativas e suas diversas feições.

O título do texto sugere oposição e comparação: sociedades cooperativas são diferentes de sociedades de capital. É importante iniciar a leitura do texto depois de uma breve discussão sobre a palavra sociedade: o sentido aqui é o de forma normatizada de associação. Sociedade aqui significa reunião de sujeitos que cooperam em algo ou partilham o resultado de uma atividade qualquer.

Desenvolver a ideia de que existem diferentes formas de associação: isso pode ser feito solicitando as educandas que identifiquem diversas associações (formais ou informais) das quais fazem parte ou conhecem. Associações são diversas em sua natureza, forma, função, objetivos e resultados. É essa perspectiva que o texto adota, e que é fundamental para a discussão, além de permitir a ampliação do universo conceitual. Para encaminhar e sistematizar a discussão pode-se realizar com o grupo a leitura do texto, o levantamento dos conceitos, uma discussão inicial sobre o que cada palavra significa ou a que realidade cada conceito remete.

Seria interessante que cada grupo pudesse debater sobre o funcionamento e as estratégias que norteiam os dois tipos de empreendimentos.

O texto mostra quais as diferenças fundamentais entre uma sociedade cooperativa e uma sociedade de capital. Praticamente todas as atividades humanas ocorrem através de processos cooperados, porém nem todos formam uma cooperativa.

É importante destacar que: 1) nas cooperativas há um “retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado.” Num empreendimento capitalista o retorno das sobras líquidas (o lucro) fica com o capitalista, isto não quer dizer que o processo de trabalho não ocorra de maneira cooperada, quer dizer que o excedente de produção não retorna aos “cooperados” e; 2) as cooperativas devem ter como referência seu associado na dupla condição de dono e de usuário. Para um cooperado a cooperativa pode ser sua fonte de sustento. Para isso ele terá que buscar, permanentemente, um equilíbrio entre as retiradas para suas necessidades e o investimento para a manutenção da cooperativa.



Pode-se propor que as educandas construam um painel no qual exponham as vantagens e os limites do sistema cooperativo. A fim de incentivar a capacidade crítica, analítica e de argumentação de todos, seria interessante que para cada vantagem apontada fosse apontada também uma dificuldade ou limitação. Tais elementos devem ser sistematizados para o trabalho posterior de construção do projeto das Redes Solidárias de Alimentação.

É importante discutir a legislação referente à constituição de cooperativas no Brasil. Trata-se de uma legislação cuja alteração “textual” revela os movimentos de incorporação de novas características para aquilo que é denominada “cooperativa”. Cabe, dessa forma, propor algumas questões as educandas como, por exemplo: Por que essa Lei foi tantas vezes reformulada? O que as reformulações revelam? Aqui pode ser proposto um levantamento histórico acerca de cada Lei. É importante destacar que a legislação muda porque mudam as relações, as relações são normatizadas pela legislação, mas não criadas apenas por elas.

Além disso, destacar que os termos da legislação são muitas vezes desconhecidos pelas pessoas porque fazem parte de que se costuma chamar de jargão. Temos, assim, o jargão do discurso político, do discurso jurídico, do discurso médico, do discurso econômico, etc. Uma das formas de controle ideológico se faz através do discurso inacessível ao leigo.

O objetivo destas abordagens é demonstrar o Direito como um conjunto de normas obrigatórias que disciplinam as relações entre os cidadãos numa sociedade. Essas normas não são eternas, são resultados de acordos que visam equilibrar os interesses conflitantes presentes na sociedade. Como esse equilíbrio é instável, as leis podem mudar de acordo com as pressões exercidas pelas partes da sociedade que se sentirem prejudicadas e lutarem pela mudança e aplicação das leis.

As leis podem mudar também se uma parte da sociedade, mesmo não se sentindo prejudicada, quiser exercer o seu poder de pressão e ampliar seu domínio.

É oportuno promover um debate sobre o significado da palavra cidadania. Para isso é preciso ter em conta que a palavra cidadania vem sendo muito usada para designar situações em que, de fato, não ocorre o exercício da cidadania. No debate sobre a cidadania provavelmente aparecerá à questão dos direitos. Neste momento, é interessante problematizar junto as educandas, a partir de suas experiências e percepções, as relações sociais de Gênero e Étnico-raciais.

Considerando que estas questões estão de maneira muito forte no cotidiano de todos, é importante possibilitar uma reflexão crítica com relação aos papéis socialmente instituídos, aos rótulos que estigmatizam as pessoas e os processos de discriminação, que muitas vezes estão naturalizadas nas relações sociais e que acabamos por reproduzir sem questionarmos o seu conteúdo opressor. O importante é problematizar as situações de dominação e de subordinação identificadas nas práticas sociais vivenciadas no cotidiano de cada participante.



Texto 3:

SOCIEDADES COOPERATIVAS VERSUS SOCIEDADES DE CAPITAL

Do ponto de vista do fator de produção remunerado, por exemplo, sociedades de capital e sociedades cooperativas são diferentes. Enquanto as primeiras remuneram um capital, as segundas remuneram uma matéria-prima, um trabalho, um bem ou um serviço final. Ao contrário das demais empresas, a cooperativa não se estrutura visando a acumulação de capital. O capital é necessário à cooperativa assim como nas demais empresas, entretanto, a finalidade primeira da cooperativa não é o capital, ou seja, o poder do produtor associado a uma cooperativa não emana do montante de capital que este produtor possui.

No que diz respeito ainda ao capital, sociedades cooperativas e sociedades de capital apresentam diferenças. Para a cooperativa, o complemento financeiro consiste em empréstimos bancários, e os associados podem ser chamados a caucionar estes empréstimos. Nas sociedades comerciais, o capital é fornecido pelos acionistas / investidores. Enquanto os direitos dos associados são reduzidos numa cooperativa, nas sociedades comerciais os acionistas têm direitos absolutos ao capital. Numa cooperativa, o capital do associado não pode ser transferido ou vendido.

No que se refere às relações comerciais, as cooperativas são diferentes já que suas atividades servem a seus fornecedores de matérias-primas (seus associados), em função da utilização que estes fazem da cooperativa, e não na proporção do número de ações que possuem, como ocorre nas sociedades comerciais.

Um preço mais elevado pago pelo produto entregue numa cooperativa é algo diferente do dividendo recebido pelo investidor numa sociedade comercial. As cooperativas devem fazer de tudo para pagar um preço mais elevado aos seus associados; as sociedades comerciais visam minimizar os preços pagos para poder maximizar seus benefícios.

Enquanto as cooperativas se empenham em comprar toda produção dos seus associados, as sociedades comerciais compram somente aquilo de que necessitam.

Por oposição às empresas capitalistas, os proprietários da cooperativa são também usuários (fornecedores ou clientes) da instituição cooperativa. Esta particularidade da cooperativa pode ocasionar duas atitudes - enquanto proprietários/investidores que são, os associados vão procurar por investimentos que assegurem uma rentabilidade (ele vai raciocinar mais em termos de longo prazo) de seus capitais. Já enquanto usuários, eles procurarão vender ou comprar por um bom preço e, em geral, numa perspectiva de curto prazo. O associado, enquanto usuário, raciocina em termos de maximização de sua receita. Trata-se de uma relação que requer um procedimento econômico bastante complexo e delicado para as cooperativas pois, estas devem ter como referência seu associado na dupla qualidade de dono e usuário.

Essa dupla qualidade traduz-se, do ponto de vista econômico, numa relação de dependência, da instituição, dos seus membros. A tomada de decisão se processará na perspectiva da orientação e do controle das atividades da organização cooperativa, o que significa que as decisões serão tomadas independentemente do nível de atividade de cada membro, considerado individualmente. Essa distribuição formal do poder revela a finalidade de democratização das atividades econômicas ainda que exista na prática do dia-a-dia das organizações cooperativas uma distância considerável entre a democracia formal e a participação.

Subsídios para a atividade 4

	SOCIEDADES COOPERATIVAS	SOCIEDADES DE CAPITAL
CARACTERÍSTICAS	quanto ao fator de produção remunerado: remuneram matéria-prima, trabalho, bem ou serviço final.	quanto ao fator de produção remunerado: remuneram o capital.
	quanto ao objetivo da estrutura: não visam à acumulação de capital (não é finalidade primeira).	quanto ao objetivo da estrutura: as empresas estruturam-se com vistas à acumulação de capital (finalidade primeira).
	quanto ao capital: complementos vêm de empréstimos bancários caucionados pelos associados.	quanto ao capital: é fornecido pelos acionistas / investidores.
	quanto aos direitos dos associados sobre o capital: reduzidos (o capital do associado não pode ser transferido ou vendido).	quanto aos direitos dos acionistas sobre o capital: absolutos. (o capital pode ser transferido ou vendido)
	quanto ao preço: maximizam preço pago em benefício dos associados.	quanto ao preço: Minimizam preços pagos para pagar dividendos aos acionistas.
	quanto à compra de produção: Esforçam-se para adquirir toda a produção dos associados.	<i>Compram apenas o que necessitam.</i>
	Proprietários também são usuários, fornecedores e clientes: procuram investimentos que assegurem rentabilidade (longo prazo), e bom preço (curto prazo).	São apenas proprietários.
	Relação entre membros. Dependência: tomada de decisões sobre atividades e organização, e não segundo o interesse de cada membro.	Independência e disputas pelo controle acionário.

ATIVIDADE 4

- Com base nas informações do texto e no debate com o grupo, na perspectiva de construir as redes solidárias de alimentação, por exemplo de panificados e hortifruti, como diferenciaríamos os tipos de sociedades? Para melhor organizarmos nossas ideias, vamos preencher o quadro a seguir:

CARACTERÍSTICAS	SOCIEDADES COOPERATIVAS	SOCIEDADES DE CAPITAL
Como é o modelo de produção?		



C A R A C T E R Í S T I C A S	Quais os objetivos e de que forma se estrutura?		
	De onde provêm os recursos?		
	Quais direitos de quem participa?		
	Como se estabelece o preço de comercialização?		
	Quais as estratégias de aquisição da matéria prima?		
	Quem são os proprietários?		
	Qual e a relação entre seus membros?		



PESQUISA PARA A PRÓXIMA OFICINA

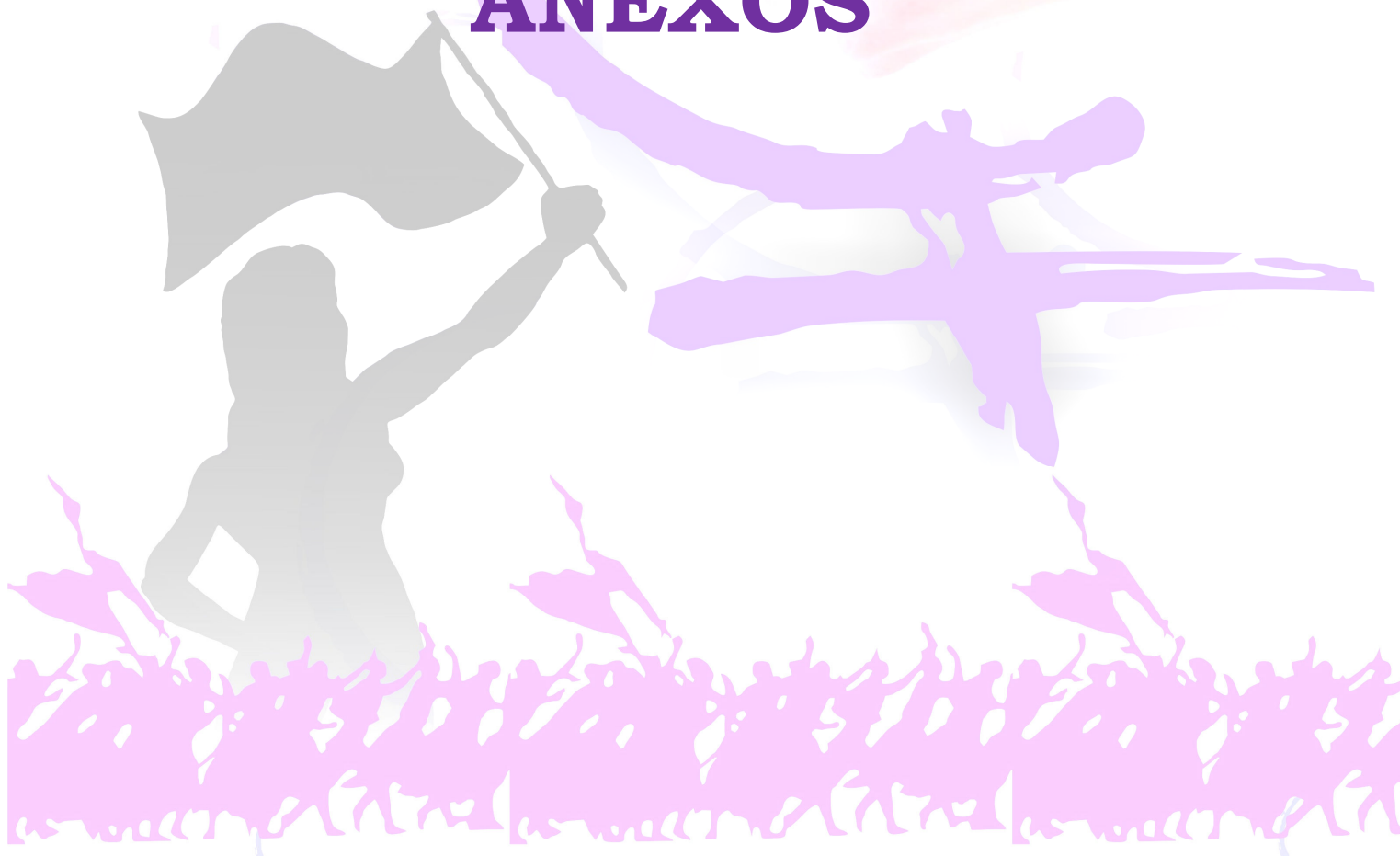
Para a próxima oficina, propomos uma pesquisa no município a fim de trazer dados da realidade ao nosso Percorso Formativo.

- 1) Dos empreendimentos populares na região na área de alimentos (cooperativas, associações, etc.) pesquisar quais as características / itens com base no quadro acima.
- 2) Levantar quais as dificuldades de gestão que esses empreendimentos apontam.





ANEXOS



FICHA DE INSCRIÇÃO - OFICINAS DO PROJETO

Dados pessoais

Nome completo: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Local de nascimento: _____

Estado civil: () casada () solteira () viúva () divorciada () união estável () Outros: _____

Nº de filhos: _____ Idade dos filhos? _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Raça: () Branca () Negra () Amarela () Outros: _____

Descendência (caso você tenha mais de uma descendência, indicar todas):

() italiana () alemã () indígena () africana () outros: _____

Situação educacional:

() não concluiu o ensino fundamental. Estudou até que ano? _____

() terminou o ensino fundamental

() não concluiu o ensino médio. Estudou até que ano? _____

() terminou o ensino médio

() Outros. Quais? _____

Participação social

() participa no sindicato. Qual? _____

() participa em algum movimento na comunidade. Qual? _____

() participa em algum conselho. Qual (is)? _____

() participa de alguma cooperativa? Qual? _____

() Outros. Qual (is)? _____

Estuda atualmente? () não () sim. Qual curso: _____

Situação de trabalho

Que trabalhos já fez?

O que faz atualmente?

Já fez algum curso de Qualificação Profissional? Se sim, qual e onde?

Qual é a renda familiar no mês?(pode ser um valor aproximado) _____

Participa de algum Programa do Governo? Qual? _____



INSTRUMENTO PLANEJAMENTO PERCURSO FORMATIVO

Oficina/Educadora: _____

Município: _____

Período de realização: de ___/___ a ___/___/2012

Objetivos (o que/para que?)	Estratégias pedagógicas (como desenvolver o processo de ensino-aprendizagem)*	Conteúdos/Temas Previstos	Conteúdos/Temas trabalhados
<p>Traçar objetivos a partir de um foco / recorte de realidade, que não significa a fragmentação, mas uma estratégia de trabalhar as múltiplas dimensões do conhecimento a partir de algo concreto e de tema/conteúdos previamente estipulados</p> <p>É preciso delimitar o tempo. Isso só será possível com a definição das estratégias pedagógicas</p>	<p>Não se trata de apenas descrever as atividades, mas pensar estrategicamente como alcançar os objetivos traçados.</p> <p>A partir da definição dos conteúdos/temas a serem explorados construir estratégias que possibilitem desenvolver o processo de ensino-aprendizagem que:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Parta dos saberes acumulados das educandas (possibilitar que as educandas percebam os seus conhecimentos acumulados) ▪ Possibilite a ampliação de novos conhecimentos (pesquisas / estudos) a partir do estímulo de se conhecer mais o objeto que está sendo estudado (problematização) ▪ Promova a sistematização/tomada de consciência coletiva dos conhecimentos já apreendidos e reelaborados e a identificação de conhecimentos que precisam ser trabalhados (instigar a curiosidade) 	<p>Selecionar claramente os conteúdos a serem abordados.</p> <p>Tomar o cuidado para não partir dos conteúdos descolados do contexto e objetivos</p> <p>Um bom objetivo possibilita trabalharmos da maneira que quisermos os conteúdos. Sendo assim, a intencionalidade e a forma de explorá-lo deve ser explicitada.</p>	<p>Nem sempre o que planejamos é possível de ser implementado por várias razões (ou superdimensionamos o planejamento e os tempos ou a dinâmica do grupo trouxe outros elementos para mediação etc.). Por isso é fundamental que registremos, do ponto do processo de ensino-aprendizagem o que conseguimos trabalhar de fato informando também o grau de aprofundamento, pois o conteúdo pode ser retomando em outro momento, caso tenha ficado superficial demais.</p>



A IMPORTÂNCIA DE NOSSA SISTEMATIZAÇÃO

Os resultados das ações formativas do projeto de Educação Integral e as Redes Solidárias de Alimentação na Região do Cantuquiriguaçu e Paraná Centro serão sistematizados em uma publicação ao final do projeto.

Coerente com a nossa concepção de educação expressa em nosso projeto político pedagógico de Educação Integral, buscamos potencializar a cada projeto um processo de construção coletiva de novos conhecimentos com vista a emancipação da Classe Trabalhadora.

Sendo assim, é fundamental a participação ativa da equipe de educadoras tanto no desenvolvimento dos Percursos Formativos com as agricultoras como também no processo de sistematização de nossa experiência. Segue um roteiro básico que pode nos ajudar a organizar as informações e nossas avaliações e reflexões sobre as práticas pedagógicas e sobre os impactos de nosso projeto.

ROTEIRO PARA A SISTEMATIZAÇÃO DOS PERCURSOS FORMATIVOS

A sistematização da qual falamos não é uma tarefa meramente burocrática para a organização dos Percursos Formativos realizados, mas um momento importante para recuperarmos o processo educativo vivenciado para que seja objeto de uma reflexão coletiva sobre os seus avanços e limites tendo como base o nosso projeto político pedagógico. Sendo assim, é importante que a sistematização assegure as três dimensões abaixo:

1) Intencionalidades

- Em relação aos objetivos pretendidos na formação
- Aos planejamentos
- Ao perfil da turma
- Envolvimento das educandas (relação educadora-educandas) – construção do coletivo

2) Desenvolvimento metodológico

- Ponto de Partida dos Percursos Formativos - Trajetórias de vida (de trabalho, educacional e cultural) – estratégias de ampliação do grau de letramento;
- Informar todos os materiais complementares utilizados (textos, imagens, filmes, etc.) – mesmo em relação ao caderno básico, citar quais textos foram trabalhados relacionando aos temas/conteúdos previstos;



- Temas e Conteúdos abordados que foram significativos através de amostra de trabalhos (individual e coletivo) de forma contextualizada;
- Estratégias pedagógicas para as atividades integradas (planejamento, mobilização e participação).

3) Processos de avaliação processual e diagnóstica

- Sínteses das dimensões do grau de letramento inicial (leitura, escrita e oralidade)
- Relato de como foram os momentos de avaliação e exemplos de produções das educandas;
- Relação entre as intencionalidades dos Percursos Formativos e os resultados ao final (envolvimento/protagonismo das educandas, conhecimentos construídos e mudanças nas posturas etc.)

As dimensões político-pedagógicas aqui destacadas tem como objetivo qualificar a nossa sistematização no sentido de que esta possa trazer aos sujeitos externos ao processo educativo, para além de um relato da experiência, elementos qualitativos para que possamos teorizar as nossas práticas pedagógicas. No entanto, cada educadora deve em diálogo com tais dimensões organizar a sistematização da maneira que achar mais conveniente.

Elaboração individual de um texto – teorização da prática

Embora tenhamos como prerrogativa um projeto coletivo para a construção de uma Educação Integral dos Trabalhadores, sabemos que cada educadora, com seus diferentes saberes e experiências acumulados, busca concretizar as práticas pedagógicas a partir dos seus processos individuais em mediação com os processos coletivos em construção. Dessa maneira, é fundamental que cada uma se desafie a teorizar a sua prática pedagógica considerando os seus saberes acumulados, a sua apropriação processual do nosso projeto político pedagógico e a sua compreensão das intencionalidades do projeto em questão.

Sendo assim, uma reflexão importante é sobre os avanços e desafios para a construção de uma educação emancipadora dos trabalhadoras rurais a partir da vivência nas oficinas.



Convênio MDA nº 750081/2010

Presidenta da República

DILMA ROUSSEFF

Ministro do Desenvolvimento Agrário

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS

Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas MDA

ANDREA LORENA BUTTO ZARZAR

Setor Bancário Norte, Quadra 1 – Bloco D – Sala 2104 – Edifício Palácio Desenvolvimento

CEP 70057-900 - Brasília - DF

ESCOLA DE TURISMO E HOTELARIA CANTO DA ILHA

Av. Luiz Boiteux Piazza, 4810 – Ponta das Canas

Cep: 88056-000 – Florianópolis – SC

Tel.: (48) 3284-8820/3284-3251

E.mail: pedagogicaethci@escoladostrabalhadores.org.br

www.escoladostrabalhadores.org.br

Diretora Geral

SÔNIA SOLANGE DOS SANTOS VIANA

Diretor Financeiro

VALEIR ERTLE

Coordenação Pedagógica

ROSANA MIYASHIRO

ALINE MARIA SALAMI

Apoio Pedagógico

BIBIANA MAGNABOSCO

CÉLIA ADRIANA MIYASHIRO

Administrativo

LILIAN CANTARELLI SCHELLIN

Auxiliar de Serviços Gerais

MARIA LUIZA BRASIL

Equipe de Educadores ETHCI

HANEN SARKIS KANAAN; KLEICER CARDOSO ROCHA, MICHELLE ROSA DE AGUIAR; PRISCILLA

APARECIDA GOULARTE

**EQUIPE PROJETO EDUCAÇÃO INTEGRAL E REDES SOLIDÁRIAS DE ALIMENTAÇÃO NA REGIÃO DO
CANTUQUIRIGUAÇU E PARANÁ CENTRO**

Coordenação: ROSANA MIYASHIRO E ALINE MARIA SALAMI

Assessoria Técnico-Pedagógica: ALINE DIANE KOLLN, CARLA D. STRAUB, CLEUSA FRANCESQUET
GOWACKI, FRANCIELI R. DE CAMPOS, SANDRA KONIG, SALETE A. MARTINS.

ELABORAÇÃO, EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:

ESCOLA DE TURISMO E HOTELARIA CANTO DA ILHA – CUT

Elaboração, organização e revisão da publicação: ALINE MARIA SALAMI, CARLA DANIELE STRAUB,
KLEICER CARDOSO ROCHA E ROSANA MIYASHIRO.

Arte capa: LILIAN CANTARELLI SCHELLIN

2012

